

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCCA GIRANDA VANCIM

**DIPLOMACIA AMBIENTAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2019:  
A AMAZÔNIA E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

UBERLÂNDIA  
2021

LUCCA GIRANDA VANCIM

**DIPLOMACIA AMBIENTAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2019:  
A AMAZÔNIA E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Caixeta Andrade

UBERLÂNDIA  
2021

LUCCA GIRANDA VANCIM

**DIPLOMACIA AMBIENTAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2019:  
A AMAZÔNIA E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Caixeta Andrade

Uberlândia, 28 de outubro de 2021

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Daniel Caixeta Andrade (Orientador) - IERI UFU

---

Prof. Dr. Augusto Veloso Leão - IERI UFU

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Figueiredo Mendonça do Prado - IERI UFU

---

Prof<sup>a</sup>. Michele Polline Veríssimo - IERI UFU

## RESUMO

Este trabalho busca elucidar os pontos de virada da diplomacia ambiental brasileira a partir do ano de 2019, através da exposição acerca dos diferentes posicionamentos do governo brasileiro nos debates ambientais internacionais desde que tal tema passou a dispor de maior reconhecimento da comunidade internacional e sua construção como um ator protagonista na pasta do meio ambiente internacional, bem como do enfraquecimento institucional da pasta do meio ambiente brasileiro e das incongruências analisadas entre os discursos públicos do presidente Jair Messias Bolsonaro, tanto no âmbito doméstico quanto da ONU. Estando o Brasil em uma posição geográfica de extrema importância no combate às mudanças climáticas, a monografia aborda como as mudanças na política ambiental brasileira e o crescente número de índices como o do desmatamento são vistos pelos atores do Sistema Internacional e se as consequências de uma gestão ambiental não alinhada com um modo de produção sustentável são sentidas além do campo do meio ambiente.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Sustentável; Amazônia; Relações Internacionais; Diplomacia Ambiental; Meio Ambiente Brasileiro.

## ABSTRACT

This work seeks to elucidate the turning points of Brazilian environmental diplomacy from the year 2019 onwards, through the exhibition about the different positions of the Brazilian government in international environmental debates since this topic has gained greater recognition from the international community and its construction as a leading actor in the international environment portfolio, as well as the institutional weakening of the Brazilian environment portfolio and the inconsistencies analyzed between the public speeches of President Jair Messias Bolsonaro, both domestically and at the UN. With Brazil in an extremely important geographic position in the fight against climate change, the monograph discusses how changes in Brazilian environmental policy and the growing number of indices such as deforestation are seen by the actors of the International System and if the consequences of a management not aligned with a sustainable mode of production are felt beyond the field of the environment.

**Keywords:** Sustainable development; Amazon; International relations; Environmental Diplomacy; Brazilian Environment.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Desmatamento na Amazônia entre 2003 e 2020	39
Gráfico 2 - Autos de Infração aplicados pelo Ibama entre 2018 e 2021	49
Gráfico 3 - Progresso na Implementação das metas da Agenda 2030 no Brasil	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS	Agrupamento do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CEO	Chief Executive Officer
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP3	3ª Conferência das Partes
COP12	12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica
COP21	21ª Conferência das Partes (Conferência do Clima de Paris)
COP25	25ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2019
COP-26	26ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudanças Climáticas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONAREDD+	Comissão Nacional para REDD+
Covid-19	CoronaVirus Disease
DETER	Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real
Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EFFUK	Europe Film Festival UK
ENREDD+	Estratégia Nacional para REDD+
ESG	Environment, Social and Governance
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEA	International Energy Agency
IHDP	International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change
ILAC	Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
IRI	Índice de Riqueza Inclusiva
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
IUCS	International Union of Concerned Scientists
LASA/UFRJ	Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais do Departamento de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Medida Provisória
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
OCS	Organizações da Sociedade Civil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMA	Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPCDAm	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
PRODES	Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
RCE	Redução Certificada de Emissões
REDD+	Sistema de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental
RIMC	Regime Internacional de Mudança do Clima
RIO+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
SEEG	Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
TCU	Tribunal de Contas da União
UE	União Europeia



UnB	Universidade de Brasília
UNCED	Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
USAID	Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
WWF	World Wide Fund for Nature

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	11
<b>Capítulo 1: Meio Ambiente e Relações Internacionais</b>	13
<b>Capítulo 2: O Brasil nas Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente</b>	18
<b>2.1 Amazônia Brasileira: um Protagonista Natural</b>	33
<b>Capítulo 3: Meio Ambiente no Brasil a partir de 2019: a desconstrução de uma trajetória</b>	38
<b>Considerações Finais</b>	60
<b>Referências</b>	62

## Introdução

Os problemas ambientais que assolam a superfície terrestre possuem, de acordo com a comunidade científica, o ser humano como principal agente responsável. A discussão sobre meio ambiente apareceu pela primeira vez em conferências da ONU em 1972, em Estocolmo, Suécia, onde, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, os representantes ali presentes reconheceram a importância de tratar o desenvolvimento econômico e social de forma conjunta com o meio ambiente para que houvesse a garantia de uma vida digna para toda sociedade civil e um futuro próspero para as próximas gerações. (O QUE ..., 2014)

Em 1987, em um documento redigido pela Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), o termo desenvolvimento sustentável aparece como "[...] desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades" (UNCED, 1987 *apud* MARTINS, 2004, n.p.). Como afirma Datto (2020), tal documento partia do pressuposto de que a humanidade caminhava para um uso descontrolado dos recursos naturais e dos ecossistemas terrestres, fazendo com que houvesse problemas de origem ambiental, econômica e social como aquecimento global, pobreza, migração, conflitos armados, doenças e a fome.

O Brasil, que detém majoritária parte da Floresta Amazônica, possui em seu território a responsabilidade acerca do seu uso e preservação, visto que esta dispõe da maior biodiversidade do planeta e tem papel fundamental no combate às mudanças climáticas que assolam todo o ecossistema mundial. Segundo Barroso e Mello (2020), historicamente, o país vinha, até o ano de 2018, em uma crescente ascensão no quesito preservação do meio ambiente e inserção do Brasil como ator internacional e protagonista na temática ambiental internacional. Com o crescente debate a frente das questões ambientais no mundo todo e o papel de protagonista que o país possui no tema, a cada dia mais se faz necessário que haja uma política e uma diplomacia ambiental eficientes e sólidas para tratar do tema com responsabilidade.

Dessa forma, a partir do ano de 2019, de acordo com Werneck *et al* (2021), notou-se uma alta das taxas de desmatamento da Amazônia, a piora dos índices de degradação ambiental e relativo descaso com a temática pelo governo brasileiro atual, que realizou atos

considerados questionáveis na pasta ambiental brasileira, como mudanças no corpo, fechamento, fusão e realocações nas estruturas das instituições que tratam da temática no Brasil, além de censuras acerca do acesso à informação e liberdade de imprensa dos órgãos ambientais brasileiros. Com isso, o país passou a ser alvo de críticas pela comunidade internacional, o que fez com que sua força e credibilidade fossem questionadas.

A importância do trabalho se justifica uma vez que, tendo em vista o momento crítico em que se encontra o cenário ambiental mundial, as mudanças climáticas, uma das consequências da degradação ambiental que afeta todo o globo e, visto que o quadro de interdependência em que as nações estão inseridas, através de acordos e negociações, o problema ambiental se torna responsabilidade de todo o Sistema Internacional.

A ajuda de nações desenvolvidas e o esforço daquelas em desenvolvimento são fundamentais para que as metas de sustentabilidade sejam alcançadas e a execução e cumprimento dos acordos internacionais sejam mantidos. Dessa forma, a importância de expor os pontos de virada na diplomacia ambiental brasileira se faz necessária para identificar a origem do enfraquecimento da sua institucionalidade ambiental, além de evidenciar como este posicionamento por parte do governo brasileiro vai de encontro com os objetivos de desenvolvimento sustentável e a tendência mundial para a sustentabilidade em geral.

Esta monografia tem como objetivo apresentar o processo histórico do Brasil nas negociações internacionais que envolveram o meio ambiente, a construção do seu papel de protagonista na temática ambiental e o enfraquecimento de sua institucionalidade como ator internacional, tendo em vista a posição política e geográfica em que se encontra o Estado nacional brasileiro. Além disso, também busca mostrar que as mudanças climáticas que estão ocorrendo são de responsabilidade de todos, pois as consequências afetam todo o ecossistema do planeta e que apenas o esforço coletivo internacional para o desenvolvimento sustentável é capaz de mitigar e idealmente reverter o quadro e garantir, assim, um futuro digno para todos. (WERNECK *et al*, 2021)

Utilizando-se de dados oficiais como a taxa de desmatamento e o orçamento dos órgãos ambientais, as metas de sustentabilidade existentes, a crise ambiental global e o enfrentamento das mudanças climáticas, bem como os acordos internacionais firmados pelo Brasil e seu atual posicionamento frente a estes citados, este trabalho busca esclarecer se houve um enfraquecimento da imagem ambiental brasileira, se suas consequências são sentidas além do campo do meio ambiente e como essas atitudes colocam o Brasil em uma

situação cada vez mais distante de cumprir com suas metas e se tornar um país que consiga se desenvolver respeitando os limites e a plenitude do meio ambiente. (WERNECK *et al*, 2021)

## **CAPÍTULO 1: MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O ser humano, animal mais inteligente que já habitou a superfície terrestre em seus quatro bilhões de anos de história do planeta Terra, acredita, segundo Fensterseifer e Sarlet (2020), em uma "supremacia biológica" e não enxerga limites no que tange ao desenvolvimento tecnológico e ao enriquecimento, de forma a negar a existência de um ecossistema ambiental que, se ultrapassada as barreiras de sua exploração, podem causar graves consequências para ambos.

Tendo em vista esse quadro e momento em que estamos inseridos, inaugurou-se uma nova época geológica denominada de Antropoceno (ou "Era dos Homens"), em virtude das mudanças ocorridas no Sistema do Planeta Terra pelo homem. Dessa forma, as consequências existentes afetam inúmeros subsistemas e vão de encontro com os limites e fronteiras planetárias, estas que garantem o equilíbrio do planeta de forma autônoma e de forma mais além, as circunstâncias consideradas indispensáveis para a continuidade e permanência da raça humana no globo terrestre. (FENSTERSEIFER; SARLET, 2020)

Pela definição antropológica de Thomas Malthus (*apud* BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p.103), a Terra poderia ser definida como "um conjunto de recursos à disposição da sociedade". Neste viés, os problemas ambientais tomam parte pelo seu finito número de recursos presentes coexistindo com um número populacional que cresce de maneira exponencial.

Neste sentido, houve a necessidade de se construir uma forma de abordagem que conseguisse tratar as crises ambientais e ao mesmo tempo garantir o bem-estar dos indivíduos, visto que o mundo ainda não havia conseguido lidar com esse novo tipo de problema de maneira eficiente. Assim, na década de 1980, o documento "*World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development*", lançado pela *International Union of Concerned Scientists* (IUCS), trouxe de forma geral a relação entre as práticas de exploração dos recursos naturais de forma exaustiva e o crescimento econômico insustentável. (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004)

Segundo Platiau, Varella e Schleicher (2004), quatro grandes instrumentos são de atenção para abordagem do estudo das respostas institucionais relacionadas ao meio ambiente no âmbito internacional: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e a Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONUMA); as respostas regionais e as iniciativas das Organizações da Sociedade Civil (OCS). Tais respostas têm em comum o objetivo de trazer clareza para as crises ambientais da época, no intuito de criar mecanismos para uma governança ambiental. Além disso, seu estabelecimento também se deve ao fato de que as organizações internacionais, principalmente a ONU, não foram capazes de lidar com os problemas de maneira eficiente.

O PNUMA, criado após a Conferência de Estocolmo, como citado por Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004), teve seu nascimento em um quadro de crise política em que havia Estados a favor da criação de uma organização dentro da ONU, indo de encontro ao seu próprio estabelecimento. Havia um receio, por parte dos países centrais, do possível enriquecimento e desenvolvimento dos países do Sul, como uma ameaça à soberania daqueles desenvolvidos. Em contrapartida, os países do Sul não viam com bons olhos a criação e as iniciativas ambientais serem pautadas pelos países do Norte. Estes julgavam que regulamentações e regras ambientais poderiam diminuir a velocidade do seu desenvolvimento e, assim, dificultar sua ascensão econômica.

Visto o quadro turbulento em que o programa foi criado, durante sua história nunca possuiu grande relevância internacional, até porque seu reconhecimento teve grande demora, como também pelo fato de que alguns países africanos passaram a usá-lo como um fórum de debate, fazendo com que o Sul ganhasse maior espaço no programa, juntamente aos novos temas emergentes sobre a necessidade de existência de uma nova ordem econômica internacional. Com isso, o PNUMA passou a ser de grande interesse e participação dos países do Sul, que fez com que os países do Norte perdessem o interesse no programa e diminuíssem sua participação e legitimidade. (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004)

A Conferência do Rio em 1992 não produziu grandes conquistas e resultados após seu acontecimento e é nesse cenário em que o debate para a criação da ONUMA ganhou força. Arelada à OMC, sua proposta é apresentada como uma: "resposta institucional à poderosa Organização Mundial de Comércio, para que as questões ambientais não fossem tratadas como uma mercadoria". (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p.116)

Também, segundo os autores, viu na analogia da transformação do GATT ganhar espaço e enxergou uma oportunidade de trazer essa institucionalidade forte para os temas ambientais e como uma tentativa de tirar as questões ambientais e agrícolas da pasta da OMC.

Contudo, sua iniciativa não obteve o apoio dos países do Sul, tampouco do Brasil. O governo brasileiro alegava que era necessário a criação de uma instituição pautada em regras e compromissos bem estabelecidos, que garantissem o apoio ao acesso à tecnologia, como também pela existência de uma cooperação internacional. Dessa forma, a diplomacia ambiental brasileira defendeu a criação da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS), ao invés da criação de uma organização sem força e pouco institucionalizada. (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004)

Haja vista os fatos acima, Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004) afirmam que as abordagens regionais se tornaram uma das alternativas possíveis para a criação de uma diplomacia ambiental forte e cooperativa, buscando tirar a dificuldade existente na cooperação internacional no que tange à governança ambiental. Seus objetivos podem ser aplicados devido a uma crescente popularidade das integrações regionais e seus resultados positivos. Na América do Sul, as principais iniciativas foram a Estratégia Regional de Biodiversidade, pelos países andinos. Esta não obteve grande sucesso em sua implementação e em outros campos como o das mudanças climáticas e do acesso a recursos não passaram do campo da superficialidade, como exemplo também a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que não conseguiu ser institucionalizado de forma sólida.

Já na União Europeia, a atenção voltada para as crises ambientais surgiram efeito positivo nos países que a compõem, obtendo grande adesão e evoluindo de forma considerável. Em contrapartida, os EUA historicamente nunca trataram as questões ambientais de forma respeitosa, não dando sua devida atenção. Pela fragilidade política e institucional pela qual os países do continente europeu passavam, além dos variados quadros de apoio e adesão a estes temas, as Organizações Não-governamentais (ONGs), e outros atores da sociedade civil importantes no debate ambiental surgem como uma alternativa ao descaso e ineficiência que apresentavam algumas nações nas questões ambientais. (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004)

Viola (2002, p.26) define o regime de Mudança Climática como "um dos mais complexos e relevantes regimes internacionais porque implica profundas inter relações entre a economia e o ambiente global". Neste sentido, os problemas ambientais de todo o globo

começaram a ser discutidos após o processo de globalização e do acesso à informação, que tiveram grande contribuição para que houvesse uma mudança nas relações de poder que existiam na época. Uma ordem interestatal tem importante papel nas análises e concepções acerca dos problemas ambientais globais, com o mundo possuindo nações mais desenvolvidas que as outras e países que enfrentam dificuldades econômicas e sociais coexistindo ao mesmo tempo, sendo os Estados parte de um grupo de atores no regime internacional.

Segundo Viola (2002), se analisados tais problemas de forma civilizatória, conclui-se que há uma grande divergência em relação às grandes civilizações existentes no globo, como a ocidental, latino-americana, japonesa, eslava, islâmica, africana e muitas outras. Mesmo com tamanha pluralidade, a civilização e o modelo ocidental possuem maior predominância, devido ao seu pioneirismo no intuito de civilizar e trazer um modelo de sistema internacional e governo. Com características que buscam a democracia, economia de mercado e Estado de direito, os países ocidentais buscavam trazer ordem às relações internacionais. Por ser precursora do processo, a civilização ocidental foi, na década de sessenta, conforme Viola (2002, p.27) descreve: “o berço do moderno ambientalismo”.

Analisando as questões ambientais e como os países se portam e buscam tratar tais problemas, Viola (2002) expõe que países que adotaram um modelo de democracia em seus governos possuem maior preocupação acerca dessas questões se comparadas as nações que não são adeptas a este modelo. Dentro da esfera democrática, há aqueles que adotam um modelo de liberalismo e outros que são adeptos ao comunitarismo e estes se divergem nas questões ambientais na medida em que o primeiro prioriza o individual, a meritocracia e na grande participação do terceiro setor nas relações econômicas.

Em relação ao comunitarismo, há uma maior valorização do grupo sobre o indivíduo e maior atuação do governo sobre a economia. A temática ambiental nos tempos modernos surgiu dentro deste último viés, mas Viola (2002), com o passar do tempo adquiriu também caráter liberal. Com tais mudanças no globo e o avanço das cooperações entre os Estados, o meio ambiente entra nas discussões com a premissa de que os problemas ambientais são de responsabilidade de todos. Visto que toda a população mundial divide o mesmo ar, a mesma atmosfera, os problemas relacionados às mudanças climáticas entram no debate internacional vinculados aos bens coletivos globais. (KAUL; GRUNBERG E STERN, 1999 *apud* VIOLA, 2002)



No âmbito internacional, as principais nações do mundo juntamente com a ONU detêm, até os dias atuais, 4 documentos principais que visam em suas resoluções, o desenvolvimento sustentável e o combate às mudanças climáticas, sendo eles a Convenção Quadro sobre Mudança Climática, de 1992, o Protocolo de Kyoto em 1997, o Acordo de Paris e a Agenda 2030, ambos de 2015. (BARROSO; MELLO, 2020)

Com o crescente debate a frente das questões ambientais no mundo todo e o papel de protagonista que o Brasil possui no tema, a cada dia mais se faz necessário que haja uma política e uma diplomacia ambiental eficientes e sólidas para tratar do tema com responsabilidade. O desenvolvimento sustentável foi reconhecido internacionalmente pelos atores do Sistema Internacional em 1972, na Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, que teve Estocolmo, na Suécia, como sede. A partir daquele momento, ficou esclarecido que os conceitos de desenvolvimento sócio-econômico e o meio ambiente não poderiam ser tratados de forma separada, mas sim conjunta, com o intuito de trazer benefícios para ambos. (O QUE ..., 2014)

Em maio de 2021, foi publicado, pela Agência Internacional de Energia (IEA), um documento considerado o mais importante da política econômica do século 21. Com 224 páginas produzidas por dezenas de especialistas do mundo todo, o estudo propôs pela primeira vez um mapa no intuito de guiar o mundo no caminho para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa em 2050. De acordo com a IEA (2021 *in* AGÊNCIA ..., 2021), quase metade das reduções das emissões que virão nos próximos 35 anos provém de tecnologias ainda não disponíveis no mercado, como as baterias avançadas, sistemas de produção de hidrogênio e a captura de CO<sub>2</sub> do ar. Além disso, para que o resultado fosse alcançado, nenhum novo projeto de extração de combustíveis fósseis pode acontecer no mundo a partir de 2021.

O documento representa a gravidade do cenário mundial. Dessa forma, a agência alerta e sugere que o óleo e o gás remanescente em jazidas devem permanecer em seu local de origem, no subsolo. Para a IEA (2021 *in* AGÊNCIA ..., 2021), o uso destes combustíveis fósseis precisa reduzir de quatro quintos do total da matriz energética global para apenas um quinto em 2050. Com isso, segundo o estudo, o mundo consumiria 8% menos energia em 2050 do que atualmente, com uma economia de até 2 vezes mais e com mais 2 bilhões de pessoas no planeta.

Um estudo publicado pela revista *Nature Climate Change*, no mesmo mês, apontou que o aquecimento global é responsável por 37% das mortes por calor no mundo. De acordo com a revista, que chegou a essa conclusão por meio de um estudo com mais de 70 cientistas e teve como base o maior banco de dados existente sobre clima e saúde, a mudança climática causa dezenas a centenas de mortes a cada ano. (VICEDO-CABRERA *et al.*, )

Em várias regiões, a influência e ação humana no meio ambiente foram responsáveis pelo aumento de até 5% das taxas de mortalidade entre 1991 e 2018. Segundo Vicedo-Cabrera (2021 *in* SCHWARTZ, 2021), principal nome da pesquisa, o estudo serviu para mostrar que os impactos causados pelas mudanças climáticas não podem ser considerados um problema do futuro: “seguimos pensando que esse é um problema que a próxima geração enfrentará, porém é algo que já estamos sentindo”.

Em julho de 2021, a IEA (2021) também publicou um relatório que evidencia que as emissões de CO<sub>2</sub> terão recordes globais em 2023. Segundo ela, esse número é resultado da insuficiência dos investimentos para a promoção de energias renováveis no plano de recuperação econômica no pós-pandemia. De acordo com a agência, é estimado que "a implementação total e oportuna das medidas de recuperação econômica anunciadas até o momento resultaria em emissões de CO<sub>2</sub> subindo para níveis recordes em 2023, continuando a aumentar depois disso" (IEA, 2021, n.p., tradução nossa). Também, segundo o relatório, apenas 2% (US\$380 bilhões) dos US\$16 trilhões anunciados para o enfrentamento da crise da Covid-19 foi destinado para o estímulo de energias verdes.

Segundo o diretor executivo da agência, Faith Birol (2021 *in* HARVEY, 2021), cerca de 90% do crescimento que está previsto no que tange às emissões nos anos seguintes virão de países considerados pobres e que a ajuda financeira dos países ricos para promover o desenvolvimento de energias verdes é primordial.

## **CAPÍTULO 2: O BRASIL NAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE MEIO AMBIENTE**

Tendo em vista a importância e dimensão do debate sobre o meio ambiente no âmbito internacional, este capítulo busca elucidar o posicionamento brasileiro nas conferências internacionais no ímpeto das mudanças climáticas. De acordo com Guimarães (1994, p.202), a problemática envolvendo o meio ambiente foi fruto de um processo histórico de

desenvolvimento das nações que "se mostrou ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto". Neste sentido, tem-se que o processo de democratização pelo qual a sociedade brasileira passou trouxe uma próspera abertura do país em relação ao assunto meio ambiente, como também de sua política externa. Segundo o embaixador Gelson Fonseca Jr (1998 *apud* FRANÇA, 2010), o processo de transformação da diplomacia brasileira e maior inserção e participação nos assuntos internacionais ocorreu em uma linha de raciocínio que buscava "renovar as credenciais" do Brasil no intuito de aumentar e solidificar sua legitimidade. Esse processo se deu em decorrência das transformações que ocorriam na agenda ambiental internacional.

O Brasil, nas conferências internacionais que tratavam o tema do meio ambiente, segundo Viola (2002), começou com uma postura negacionista, junto ao governo da China em Estocolmo, 1972, acerca dos problemas ambientais. A indústria ganhava espaço na época e o cenário desenvolvimentista era caracterizado pela presença de uma forte exploração dos recursos naturais de forma irresponsável, além da utilização de mão de obra barata e pouca regulamentação sobre as condições de trabalho.

Assim, meses antes da realização da Conferência de Estocolmo, foi publicado o livro *The Limits to Growth*, que buscava apresentar previsões com base em modelos computacionais sobre o futuro da humanidade dada a continuidade e permanência do modelo de desenvolvimento vigente no mundo. Tal publicação gerou um sentimento de pessimismo e instabilidade que criou espaço para que correntes de pensamentos da temática ambiental que defendiam que o desenvolvimento dos países pobres era uma ameaça para a ordem internacional vigente na época ganhassem força, servindo de base nas discussões tratadas na conferência. (CORRÊA DO LAGO, 2007 *apud* FRANÇA, 2010)

O Brasil, juntamente com China e Índia, considerados países em desenvolvimento, eram causadores de preocupações para os desenvolvidos, visto que estes possuíam bons indicadores de crescimento populacional e industrial (DUARTE, 2003 *apud* FRANÇA, 2010). Dessa forma, vivendo sob um regime autoritário na época, o presidente Emílio Médici estabeleceu a "diplomacia do interesse nacional" no intuito de conciliar e fortalecer o projeto de Brasil potência. A política externa brasileira, buscava assim, afastar o Brasil da imagem de país de terceiro mundo. Para o governo brasileiro, os discursos ambientalistas pregado pelos países desenvolvidos tinham como objetivo a manutenção do *status quo* presente na época, pois, conforme descrito pelo embaixador Araújo Castro, a cláusula do "congelamento de

poder" imposto pelo Tratado de Não-Proliferação nuclear (que restringia o acesso à tecnologia nuclear apenas as nações que já a possuíam) visava perpetuar um cenário de desequilíbrio de poder, regido pelas potências da Guerra Fria. Dessa forma, a diplomacia brasileira encarava o processo como um incentivo à desaceleração dos processos de industrialização.

O Itamaraty, dessa forma, como aduz Corrêa do Lago (2007 *apud* FRANÇA, 2010), se situava diante de um cenário com grandes pressões internacionais nos quesitos da democracia, direitos humanos e meio ambiente, este último carregado em um discurso agressivo e urgente, que permitiu ao governo brasileiro que conseguisse neutralizar, em parte, tais pressões. Enfatizado por Lílian Duarte (2003, p. 9 *apud* FRANÇA, 2010, p. 8), “[e]m Estocolmo, o Brasil foi atacado e procurou defender seus argumentos e posições por vezes altamente polêmicas”. Defendendo a soberania nacional e absoluta, o país “pregava ser necessário primeiro desenvolver se, depois ‘pagar a conta’ dos danos ambientais, tal como haviam feito os países ricos” (DUARTE, 2003, p. 17 *apud* FRANÇA, 2010, p. 8).

Em relação aos seus interesses, o país trouxe a discussão da pobreza, associando esta a degradação ambiental, revelado pela presença de queimadas e favelas, bem como o desmatamento e o garimpo ilegal, defendendo que havia pautas mais estruturais a serem combatidas no Brasil e que só a partir da solução destas que poderia haver uma diminuição e combate aos problemas ambientais. (DUARTE, 2003 *apud* FRANÇA, 2010) Assim, Duarte (2003 *apud* FRANÇA, 2010) ainda afirma que a participação brasileira causou grande movimentação na conferência e trouxe pautas que não haviam sido previstas, além de colocar o Brasil como um porta-voz dos países pobres ou em desenvolvimento. Logo, questões como erosão do solo, gerenciamento de ecossistemas, desertificação e assentamentos humanos, acabaram por ganhar espaço e entraram nas questões discutidas na conferência.

Dessa forma, a Amazônia passou a chamar atenção, ganhando destaque na discussão ambiental internacional devido ao crescente número de denúncias envolvendo o desmatamento da área. (DUARTE, 2003 *apud* FRANÇA, 2010) Conforme o tempo, segundo Seixas Corrêa (2006 *apud* FRANÇA, 2010) a temática ambiental internacional foi se expandindo e se adaptando aos problemas que foram surgindo. Se nas décadas de 1960 e 1970 os discursos eram pautados em reivindicações para e pelos países em desenvolvimento, na década de 1980 temas como os direitos humanos, narcotráfico e meio ambiente foram ganhando espaço e conseqüentemente passaram a ter destaque, despertando interesse na

discussão tanto dos desenvolvidos quanto dos em desenvolvimento, incluindo-os, assim, na agenda internacional.

Da mesma forma que a publicação do livro *The Limits to Growth* abalou os ambientalistas nos anos 1970, em 1987 o relatório denominado “Nosso Futuro Comum” trouxe, de acordo com o embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, uma "segunda onda do meio ambiente". O documento tinha, em síntese, a ideia de que os problemas ambientais não mais eram pautados na poluição, mas sim nas mudanças climáticas e na perda de biodiversidade. Assim, fruto de uma comissão de especialistas convocados pelas Nações Unidas e coordenado pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland (FRANÇA, 2010), o relatório expunha: "Há só uma Terra, mas não só um Mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservar nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais." (CMMAD, 1988, p.9)

Neste sentido, França (2010) descreve que, na década de 1980, o mundo e o debate internacional ambiental tiveram seus olhos voltados para o território brasileiro e o Brasil passou a ser pressionado pela sociedade civil no intuito de intervir e opinar na política ambiental nacional vigente na época em relação à Amazônia. Os índices de desmatamento no país continuaram a crescer e a comunidade internacional passou a enxergar o Brasil como um vilão ambiental. Este cenário instável brasileiro fez com que outros campos de negociações internacionais também fossem afetados. Assim, o contexto era de crise econômica, culminando posteriormente em 1987 na moratória da dívida externa brasileira.

Com José Sarney no poder, sua missão frente ao governo brasileiro se baseia na tentativa de desvencilhar a imagem autoritária que havia construído durante o governo militar.

A redemocratização do país forneceria, assim, a linha inicial de atuação externa do governo. Tanto no seu discurso diplomático, quanto na aplicação de sua política regional e multilateral, o Presidente [Sarney] utilizaria os valores da democracia para sustentar princípios e objetivos de ação. Por esta via, tornou-se possível superar a desconfiança dos anos de preeminência militar e, bem assim, desimpedir alguns canais de comunicação com o mundo desenvolvido. (SEIXAS CORRÊA, 2006, p. 481 *apud* FRANÇA, 2010)

Certamente, a diplomacia ambiental teve sua devida atenção e, assim, o Brasil buscou em seu governo trazer a questão do desenvolvimento juntamente com a conservação ambiental. O país havia entendido que o modelo de desenvolvimento usado pelos países já desenvolvidos não cabia mais na conjuntura da época, pois era um modelo agressivo e anti

ambientalista, fatores que não conseguiriam mais passar despercebidos pela comunidade internacional. Além disso, houve um reconhecimento de que o país possuía grande responsabilidade acerca dos recursos que detinham e que preservar a Amazônia era um dever da nação brasileira. Neste sentido, o Brasil se mostrou aberto a diálogos para com a cooperação internacional e as organizações internacionais, aduz França (2010). A proibição do uso de mercúrio nos garimpos, o abandono dos subsídios para a agropecuária extensiva que tinha local na Amazônia, o lançamento do Programa Nossa Natureza e a adoção de mecanismos mais eficientes para o controle do desmatamento foram medidas adotadas pelo governo brasileiro para que o plano de redemocratização do Brasil e renovação de sua imagem internacional se tornassem realidade.

Na década seguinte, o Brasil buscou, em 1992 na Conferência do Rio, trazer uma postura melhor alinhada com os pensamentos e a opinião pública sobre as questões ambientais (VIOLA, 2002). Com a intenção de reverter a imagem deteriorada do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores levou a proposta de ser o Brasil o país a sediar a Conferência de 1992 sobre questões ambientais. A ideia teve o Embaixador Paulo Nogueira como Representante Permanente junto às Nações Unidas. Entretanto, Chico Mendes, líder seringueiro que possuía prêmios ambientais, como o *Global 500* pelo PNUMA, foi assassinado no Acre quinze dias após o pronunciamento da candidatura do Brasil. (FRANÇA, 2010)

Segundo Corrêa do Lago (2007 *apud* FRANÇA, 2010), este acontecimento impactou bastante a comunidade internacional e a partir daquele ano o governo prometia renovar e reforçar os esforços brasileiros para com as políticas de proteção ambiental. Neste momento surgiu o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, popularmente conhecido como IBAMA, com a missão de explicitar o tema do meio ambiente como uma das prioridades do governo brasileiro.

Como aduz França (2010), tais mudanças ocorridas no cenário nacional não possuíam como objetivo final o agrado e o avanço e inserção do Brasil no âmbito internacional, mas sim foram motivadas pela situação e objetivos de governo internos, pois buscava-se incansavelmente desvencilhar do Brasil da imagem de governo militar e autoritário. Juntamente ao fato de que o Brasil havia se candidatado a sediar a Conferência de 1992, começou a repercutir no cenário internacional a ideia de inserir as questões ambientais no que tangia ao conceito de direito de ingerência, que antes era compreendido apenas para questões de cunho humanitário. Neste sentido, a denominação errônea de *pulmão do mundo* colocada

sobre a Amazônia ganha força e a cada momento que passava se tornava mais difícil para o Brasil ignorar suas responsabilidades tanto nacionais quanto internacionais em relação à preservação de seus recursos naturais.

A partir de 1990, o Brasil, Governado pelo presidente Fernando Collor e com José Lutzenberger no cargo de ministro do Meio Ambiente, em seu início de mandato, trouxe políticas públicas relacionadas ao meio ambiente no intuito de aumentar sua credibilidade e influência nos debates internacionais. A manutenção da suspensão dos subsídios para a agropecuária na Amazônia, ampliação do monitoramento e fiscalização sobre o desmatamento (este que rendeu altos índices de diminuição das taxas), além da adesão da política ocidental que visava a não proliferação nuclear, entre outras, fizeram parte dos esforços brasileiros na época. (VIOLA, 2002)

Em 1992, o país enfim sediou a Conferência que prometia ser a maior daquele século. Os esforços do país em relação à Rio 92 foram feitos na intenção de conseguir visibilidade internacional, bem como elevar a outro patamar a questão da diplomacia brasileira (SEIXAS CORRÊA, 2007 *apud* FRANÇA, 2010). Sediada na cidade do Rio de Janeiro e popularmente conhecida como Cúpula da Terra, foi discutida a emergente necessidade de cooperação coletiva de governos, empresas, ONGs e da sociedade civil como um todo no combate às mudanças climáticas. Segundo Barroso e Mello (2020), cinco importantes acordos ambientais foram assinados, como a Agenda 21, que reconhecia tal importância acerca da cooperação na temática ambiental, os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, a Convenção da Biodiversidade e a Convenção do Clima.

O Brasil trouxe uma posição positiva em relação à temática ambiental, a exemplo da realização do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas, que visava conscientizar e estimular a continuação dos esforços brasileiros frente aos problemas ambientais que existiam. (SEMA BA, 2021)

Assim, o Brasil ganha créditos nos debates internacionais e passa ser um ator confiável para a manutenção da soberania ocidental nas relações internacionais. Sua influência também ganha destaque no âmbito regional e o país buscou assim, através de reuniões de presidentes sobre o Pacto Amazônico e do Mercosul, trazer o discurso da necessidade de todas as nações caminharem para o rumo do desenvolvimento sustentável, além de conscientizar os países emergentes de sua parcela de responsabilidade para com as questões ambientais globais. (VIOLA, 2002)

Com Fernando Henrique Cardoso no poder a partir de 1995, Viola (2002) afirma que o país teve posições divergentes nos foros internacionais. Sua política externa foi de propor ideias e soluções "neossocialdemocratas" na Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU para propostas de caráter neoliberais nos debates que envolviam o estabelecimento de padrões mínimos de proteção ambiental. No que tange ao Mercosul, a diplomacia brasileira ainda tinha dificuldades em se destacar e ter papel de liderança suficiente para trazer a agenda ambiental para o âmbito regional. A Amazônia nessa época era vista pelo governo brasileiro como um "espaço determinado para a ocupação por economias não específicas", com o porém de que não praticassem o desmatamento e conseqüentemente não colocassem em risco o clima do local, bem como o cumprimento da responsabilidade ambiental na área, de forma a ter sua produção alinhada com os pensamentos da comunidade internacional, provocando assim um acordo político entre neoliberais e nacionalistas.

Em 1997, foi assinado na cidade de Kyoto, no Japão, o Protocolo de Kyoto, em que os países assumiram compromissos numéricos para redução das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, com 8% para a União Europeia, 7% os Estados Unidos e 6% o Japão. O governo americano, maior emissor de carbono do mundo, decidiu não ratificar o tratado. Nesta conferência foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um tratado internacional que prevê que os países desenvolvidos têm a responsabilidade de ajudar os países emergentes em suas reduções de emissão de gases de efeito estufa e em troca era gerado uma certificação (RCE) que permitiriam arrecadar recursos em nível global para a causa ambiental. (BARROSO; MELLO, 2020)

Segundo Barroso e Mello (2020), nessa conferência, denominada de COP3, nasceu o mercado de crédito de carbono, em que os países desenvolvidos compram créditos de emissão de outras nações em desenvolvimento para que todas conseguissem atingir suas metas de redução. Sua aplicabilidade foi prevista até 2020 e nesse tempo foi alvo de críticas devido às emissões de certificados, que eram usadas pelos países desenvolvidos no intuito de emitir quantidades maiores ainda de efeito estufa. Dessa forma, foi incorporado no Acordo de Paris em 2015, que entrou em vigor no ano seguinte, as ações de REDD+ (Sistema de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental), substituindo o MDL. As ações de REDD+ tem como objetivo dar apoio aos países emergentes nas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa. Tais ações compensam financeiramente as nações que tiverem resultados positivos no combate ao desmatamento ou recuperação de florestas nos países



considerados em desenvolvimento. Por ano, os países desenvolvidos financiam cerca de 100 bilhões de dólares nessas ações.

No extenso tempo em que houve o estabelecimento e negociação do Protocolo de Kyoto (1996-2001), o interesse nacional brasileiro foi fundado, segundo Viola (2002), em quatro dimensões principais:

1) afirmar o direito ao desenvolvimento como um componente fundamental da ordem mundial, dando continuidade à política externa brasileira; 2) promover uma visão do desenvolvimento associada com a sustentabilidade ambiental, em correspondência com o grande crescimento da consciência ambiental no país e sua tradução em políticas públicas nacionais e estaduais; 3) promover uma posição de liderança do Brasil no mundo, em correspondência com o crescimento do prestígio internacional do país durante o governo Cardoso; e 4) evitar que o uso das florestas seja objeto de regulação internacional para não correr riscos de que outros países possam questionar o uso econômico da Amazônia. (VIOLA, 2002. p.38)

França (2010) expõe que, em 2002, com a data da Cúpula em Joanesburgo se aproximando, o governo brasileiro observava questões que envolviam o continente africano e a pobreza como foco do debate que viria a acontecer na Cúpula. Para o Brasil, a intenção era de que os acordos negociados na Conferência do Rio fossem mantidos e no intuito de garantir destaque e protagonismo na Cúpula, o país trouxe, em 2002, a Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC), que teve sua aprovação unânime pelos ministros do meio ambiente da região.

Juntamente a esta iniciativa, foi também incorporada a proposta brasileira de energia, que tinha objetivo de adotar matrizes energéticas de no mínimo 10% de fontes renováveis até o ano de 2010. Esse apoio regional fez com que o Brasil conseguisse colocar em prática seu objetivo de ser um dos líderes no debate em Joanesburgo. Com isso, o Brasil levou então a proposta regional para o âmbito internacional. (CORRÊA DO LAGO, 2007 *apud* FRANÇA, 2010)

O saldo brasileiro no fim da Cúpula pode ser analisado como algo de caráter positivo, segundo França (2010), pois mesmo havendo um sentimento de frustração após sua proposta de matriz energética ter sido dificultada pelos países produtores de petróleo, como os Estados Unidos, o Brasil ainda assim conseguiu reafirmar os princípios que nortearam a Conferência do Rio: a responsabilidade coletiva, porém relativa acerca dos problemas ambientais. Além disso, questões como a biodiversidade e sua preservação tiveram seu espaço no debate e isso era de grande interesse nacional brasileiro, haja vista sua relevância para o Brasil.

Um acordo sobre o tema foi firmado por quinze países, com o Brasil incluído, no intuito de lidar com o aumento das taxas de extinção de animais e plantas raras até 2010, como também para que as vantagens vindas da exploração de recursos naturais em terras que residem comunidades locais fossem asseguradas pela população local. Analisando desde Estocolmo a Joanesburgo, pode-se perceber uma mudança significativa na postura do governo brasileiro no que tange à diplomacia brasileira nas questões envolvendo a agenda ambiental internacional. Como analisa França (2010), de "vilão ambiental" na década de 1970, o país se reergue e passa a ser referência e protagonista nos debates acerca deste tema. Possuindo então um papel de jogador proativo nas questões ambientais, o Brasil fez com que sua relevância ambiental influenciasse e moldasse os acordos internacionais sobre meio ambiente para que houvesse ganhos além da esfera ambiental.

A diplomacia brasileira conseguiu com que o conceito de desenvolvimento sustentável fosse visto por um viés socioambiental, fazendo com que o país conseguisse coletivizar questões como a responsabilidade histórica dos países do Norte, da erradicação da pobreza e do acesso a mercados dentro da esfera ambiental, que conseqüentemente traria resultados positivos acerca do desenvolvimento do Estado Nacional Brasileiro. (FRANÇA, 2010)

Fontoura e Guimarães (2012) aduzem que a Rio+20, realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012, teve como cenário de sua realização uma recessão econômica que afetava todo o globo, além dos resultados desanimadores que as outras conferências haviam apresentado. Como intuito principal, a Rio+20 objetivava reforçar os compromissos feitos nas conferências ambientais anteriores, além de avaliar o que havia sido feito, enxergar as lacunas que necessitavam de atenção e do estabelecimento de emergentes. Os autores expõem que a conferência era composta por chefes e representantes de Estado, com mais de 190 nações representadas. Nos eventos paralelos que ocorreram também ocorreu a participação da sociedade civil, representada por ONGs, cooperativas, comunidades indígenas e quilombolas, grupos religiosos e movimentos sociais. A comunidade científica também esteve presente, além de comunidades epistêmicas, políticos e representantes do setor privado.

Os meios de comunicação tiveram grande influência e impacto em como se desenhou os rumos da conferência e dessa forma cinco grandes temas principais ganharam destaque na Rio+20. Eram estes: "o discurso da segurança alimentar; a insuficiência do Produto Interno Bruto (PIB); a credibilidade científica; a economia verde; e, por fim, a importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável". (FONTOURA; GUIMARÃES, 2012, p.517)

Em 2011 havia sido publicado o relatório da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) chamado "*The state of food insecurity in the world*". Tal relatório expunha que a crise econômica no ano de 2008 havia tido consequências no campo do acesso à alimentação da população, com o aumento do preço dos alimentos e, assim, elevando o número de pessoas desnutridas no mundo. (FONTOURA; GUIMARÃES, 2012)

A segurança alimentar é um tema que engloba todo o processo produtivo do alimento, desde a matéria-prima até ao acesso da população e seu discurso toma parte no quadro alarmante, com dados expondo que aproximadamente 1 bilhão de pessoas no mundo não possuíam acesso à quantidade diária mínima de calorias, enquanto que há o mesmo número de pessoas sofrendo de problemas relacionados ao excesso do peso, como a obesidade. Ao mesmo tempo, também são debatidas as doenças advindas por meio da ingestão de alimentos contaminados, seja por microorganismos ou produtos químicos. (FONTOURA; GUIMARÃES, 2012)

Segundo Fontoura e Guimarães (2012), o documento final não obteve propostas sólidas e eficientes e apenas reconheceu a existência e importância desse assunto, no intuito de incentivar a promoção de um sistema que seja baseado em uma agricultura sustentável, que buscasse garantir o direito universal à alimentação, da gestão dos riscos no intuito de manter uma estabilidade nos números relacionados aos alimentos e da existência de estratégias pensadas nos âmbitos internacionais, regionais e locais. Além disso, era evidente a necessidade de que fosse promovido e incentivado um comércio multilateral global que existisse de maneira mais igualitária.

No caso brasileiro, dada a grande dependência da exportação de *commodities*, fez gerar no país o alto desmatamento provocado em seu território, além da grande quantidade de contaminação no setor da agricultura e consequente perda de solo. Porém, o Brasil, segundo maior produtor de transgênicos do mundo, com grande quantidade de biodiversidade em seu território e agroexportador, não apresentou uma liderança forte, propondo uma agenda que não buscava alterar a situação da (in)segurança alimentar. (FONTOURA; GUIMARÃES, 2012)

Fontoura e Guimarães (2012) ainda afirmam que o PIB, principal indicador econômico internacional das nações, vinha sendo alvo de críticas em relação a sua aplicabilidade como forma de avaliar a riqueza de um país, visto que este procura medir o valor monetário de sua produção em determinado período de tempo, mas não leva em

consideração fatores sociais e ambientais que inevitavelmente fazem parte de tal riqueza. Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU até o ano de 2017, relevava em seu discurso a necessidade de um sistema econômico que englobasse 3 temas importantes para o desenvolvimento sustentável: o bem-estar social, econômico e ambiental.

Através do Relatório de Riqueza Inclusiva 2012, a ONU, em parceria com o *International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change* (IHDP), propôs o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI) como uma alternativa de indicador para o âmbito econômico, buscando evidenciar os reais dados relacionados à riqueza das nações e o crescimento da sustentabilidade atrelada a estes. (OBSERVATÓRIO ECO, 2012)

Este novo índice proposto não obteve grande apoio após evidenciar que países como a China, EUA, Brasil e África do Sul tiveram uma baixa significativa de capital com base natural, este que traz consigo pontos relacionados à economia e dos recursos renováveis e não renováveis. Dessa forma, através deste índice o crescimento brasileiro teria sido ao invés de 31% se fosse levado em consideração o PIB, apenas 18% através do IRI e, no caso chinês, os números são mais chamativos, caindo de 422% para 45%. (PNUMA, 2012 *apud* FONTOURA; GUIMARÃES, 2012)

A comunidade científica sempre encontrou dificuldades em trazer estudos com resultados convergentes acerca dos problemas ambientais. Dessa forma, a "credibilidade científica" buscou espaço na conferência no intuito de trazer legitimidade para as discussões e propostas que seriam criadas naquele evento para o desenvolvimento sustentável. O discurso neste tema era embasado na necessidade de garantir que a ciência fosse o norte para a resolução dos problemas ambientais. A ciência também foi apontada como essencial para a preservação da biodiversidade, com o relatório explicando a possibilidade de usar o poder científico nas intervenções para o desenvolvimento e fornecer conhecimento para a promoção da biodiversidade. (FONTOURA; GUIMARÃES, 2012)

De acordo com o PNUMA (2021, n.p.), economia verde é "uma economia que resulta na melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica" e 3 pilares principais servem como base de sua definição: baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social. Este tema teve grande destaque na Rio+20 e foi o assunto principal da conferência. (O QUE ..., 2015a)

A União Europeia teve papel de líder na discussão do tema e obteve apoio tanto do setor privado quanto da comunidade científica. Seu discurso era pautado na possibilidade de a economia verde ser uma solução em potencial para o desenvolvimento sustentável. Porém, para Janez Potocnik, economista e comissário europeu para o meio ambiente, muitos países não acreditam no conceito de economia verde e acham que o mundo desenvolvido está tentando impor novas restrições ao desenvolvimento. (BULCÃO, 2012 *apud* FONTOURA; GUIMARÃES, 2012)

A economia verde então, segundo Roberto Guimarães e Yuna Fontoura, atuaria de forma a "redirecionar investimento público, estabelecer uma agenda de reforma política para fomentar novos incentivos, eliminar progressivamente produtos menos ecológicos do campo, tornar os contratos públicos mais ecológicos e fortalecer a infraestrutura de mercado" (FONTOURA; GUIMARÃES, 2012, p.519). Em relação ao setor privado, a intenção seria de proporcionar uma transição da economia em um emaranhado de setores-chave com o objetivo de auxiliar uma reforma política por meio de investimento e financiamento.

Também se pode observar que a conferência teve grande influência do setor privado em relação aos rumos e a aplicação de um modelo de desenvolvimento sustentável. Com o termo sendo mencionado no documento final mais de vinte vezes, houve a reafirmação de valores de caráter neoliberal tanto pelas partes governantes quanto pela própria ONU. (FONTOURA; GUIMARÃES, 2012)

*We reaffirm that international trade is an engine for development and sustained economic growth, and also reaffirm the critical role that a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system, as well as meaningful trade liberalization, can play in stimulating economic growth and development worldwide, thereby benefiting all countries at all stages of development, as they advance towards sustainable development. (UNCSD, 2012, p.49 *apud* FONTOURA; GUIMARÃES, 2012, p.520 e 521)*

O discurso acima expõe a tendência neoliberal, com a defesa de que uma economia mais aberta seria uma solução melhor para enfrentar os problemas ambientais, colocando o comércio internacional como peça-chave para o desenvolvimento das nações. Fontoura e Guimarães (2012) aduzem que, apesar da fama de "grande evento da década", a Rio +20 produziu um documento final raso, sem metas bem definidas e sem uma proposta sólida para combater as crises ambientais, tal quanto sobre os modelos de desenvolvimento econômico de modo sustentável, fazendo com que novamente os interesses do setor privado e das nações mais desenvolvidas fossem priorizados.

Em setembro de 2015, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em Nova Iorque, 17 metas de desenvolvimento sustentável, popularmente conhecidas como ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) foram acordadas entre representantes de 193 Estados-membros da ONU. Tais medidas buscam, em um prazo de 15 anos, promover o desenvolvimento sustentável, erradicando a pobreza e proporcionar uma vida digna para todos. Dentre elas estão "Fome Zero e Agricultura Sustentável", "Cidades e Comunidades Sustentáveis", "Consumo e Produção Responsáveis" e "Ação contra a Mudança Global do Clima". (AGENDA 2030, 2021)

Proposto pela Guatemala e pela Colômbia, os ODS foram estabelecidos no intuito de constituir parâmetros que busquem auxiliar os governos na implementação dos acordos firmados no Plano de Johannesburgo de Implementação, na Agenda 21 e na Rio+20. (FONTOURA; GUIMARÃES, 2012)

Segundo Oliveira (2019), o Acordo de Paris, em 2015, surgiu no intuito de substituir o Protocolo de Kyoto, que já não possuía mais um corpo que fosse adequado aos problemas ambientais da atualidade. Dessa forma, os compromissos acordados em Paris seguiram uma lógica nacionalmente determinada, em que cada Estado determinaria de forma interna a forma pela qual sua contribuição seria feita no que tange à redução da emissão de gases de efeito estufa.

Em seu Artigo 6, o acordo explicitava que

As Partes reconhecem a importância do apoio e da cooperação internacional nos esforços de adaptação e a importância de se levar em conta as necessidades dos países em desenvolvimento Partes, especialmente aqueles que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas. (UNDP, 2015, p.30 e 31)

O Acordo de Paris, classificado pelo então secretário-geral da ONU como um documento histórico, tem a gênese de seu nome por ter sido firmado na COP21, no ano de 2015 em Paris. Segundo O BRASIL ... (2020), o acordo contou com a participação de 195 países e foi o primeiro acordo da história a trazer compromissos de todos aqueles que ratificaram, no objetivo de reduzir a emissão de carbono no planeta. De forma a quantificar os resultados e compromissos, a meta estabelecida era de controlar o aumento médio da temperatura terrestre em 1,5°C, ou abaixo dos 2°C.

Neste sentido, todas as nações que participaram da Convenção do Clima, em 1992, tiveram metas determinadas nacionalmente no que tange ao aquecimento global, de forma

não-obrigatória. Antes, apenas alguns países ricos possuíam metas deste tipo. O acordo possui força de lei internacional, visto que é uma regulamentação da Convenção do Clima da ONU. Com Izabella Teixeira como ministra do Meio Ambiente e a presidente Dilma Rousseff na época da COP21, o governo brasileiro reconhece a legitimidade do acordo e expõe que estes convergiam com os princípios e objetivos da pasta ambiental brasileira. Rousseff ainda classificou o texto como "justo e ambicioso". (O BRASIL ..., 2020)

Com o Brasil estando na sexta posição dos maiores emissores de carbono do mundo, a então presidente do Brasil apresentou as metas que o país pretendia assumir, comprometendo-se com a redução de 37% das emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2025 e até 2030, 43%, em comparação ao que foi emitido pelo país em 2005, como é descrito em O BRASIL ... (2020). Após Dilma sofrer um processo de *impeachment*, o país passou a ser governado por Michel Temer e com ele, José Sarney Filho como ministro do Meio Ambiente. Visto que os protocolos internacionais levam tempo para serem ratificados, devido à necessidade de ratificação doméstica, coube ao governo de Temer dar continuidade ao acordo.

Sancionado em 2016, as metas propostas pela ex-presidente Dilma passaram a ser obrigatórias, pelo fato de terem adquirido força de lei. O texto promulgado pelo Estado brasileiro buscava, assim, auxiliar nos processos para alcançar os objetivos acordados, como no caso do desmatamento, zerá-lo até 2030. Também, a NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) brasileira visava a restauração de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e o reflorestamento de 12 milhões de hectares. Setores como transporte, energia e indústria também apareceram no texto, além do incentivo ao uso de fontes renováveis e o maior número de oferta de biocombustíveis. (O BRASIL ..., 2020)

Segundo O BRASIL ... (2020), antes mesmo de ser eleito presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, informou no dia 28 de novembro de 2018 a intenção da retirada de candidatura do país para sediar a COP25, também chamada de Conferência do Clima de 2019. Segundo Bolsonaro, a decisão foi motivada por duas razões. A primeira explicitava a vontade do novo governo de retirar o Brasil do Acordo de Paris, além do alto custo envolvido para sediar a conferência. No fim do mesmo ano, Ernesto Araújo, futuro ministro das Relações Exteriores do Brasil, demonstrou apoio na decisão de Bolsonaro e classificou estes esforços como um "alarmismo climático".

Buscando seguir rumos diferentes em relação à atenção dada pelo governo brasileiro nas questões ambientais tanto no plano doméstico quanto no plano internacional desde a Eco-92, vindo de uma escalada de representatividade e protagonismo nos debates internacionais, o ministro Ernesto Araújo desiste da subsecretaria de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, estrutura que comportava a Divisão de Mudança Climática e contava com muitos diplomatas responsáveis pelas negociações que envolviam o campo das políticas climáticas nas convenções da ONU, além de possuir presença em outros fóruns internacionais. (O BRASIL ..., 2020)

Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente do Brasil, também procurou se posicionar de forma a não dar a devida importância para o Acordo de Paris. Em uma entrevista feita pela Folha de S.Paulo, Salles discursou, logo após o início de sua gestão, alegando que as decisões brasileiras seriam pautadas de acordo com os interesses nacionais, complementando que caso algo não estivesse alinhado com os objetivos do Brasil, independente da razão, eles não o fariam. Por fim, o ministro também mostrou um certo descaso para com a comunidade internacional: "Ah, mas e o que consenso internacional quer? Ué, vai ficar querendo." (SALLES, 2019)

Assim, a mudança na forma com que o Brasil tratava os problemas ambientais e o combate às mudanças climáticas desencadeou o início de um processo de perda de protagonismo em reuniões internacionais relacionadas ao meio ambiente. Isso fez com que subisse a barreira de dificuldade para cumprir as metas acordadas em Paris. (O BRASIL ..., 2020)

Neste sentido, para que o país consiga cumprir as metas de Paris até o ano de 2025, em que o limite de emissões líquidas necessita ser de 1,3 bilhões de toneladas, o país precisaria, como é exposto em O BRASIL ... (2020), reduzir em 17% até a data. Só no ano de 2019, o número dessas emissões foi de 1,570 bilhão de toneladas, de acordo com o SEEG - Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. No ano de 2015, ano de adoção da meta, as emissões brasileiras chegaram a aumentar em 12%. Assim, de acordo com o SEEG, o Brasil se encontra cada vez mais distante do cumprimento dessas metas.

Nos últimos anos, pode-se notar uma maior difusão e interesse entre empresas, governos, especialistas e a população em geral de consumo de produtos e serviços sustentáveis. No campo internacional, esta preocupação adquire espaço nos pensamentos individuais e nas convenções internacionais, com temas como sustentabilidade e mudanças



climáticas tendo peso nas negociações e ações estatais, com um grande incentivo a diminuição do uso de combustíveis fósseis, bem como uma necessidade de um capitalismo que cresça de forma humana, ecológica e igualitária. (CARRINGTON, 2020;)

Como se sabe, grande parte das emissões brasileiras advém do setor de mudanças de uso da terra, sendo o desmatamento da Amazônia um dos principais vetores. Segundo o SEEG, 44% das emissões advindas do Brasil são pelo uso da terra. Neste sentido, na próxima seção serão detalhados alguns aspectos do tratamento dispensado a este bioma por meio de políticas públicas. (SEEG BRASIL, 2020)

## **2.1 Amazônia Brasileira: um Protagonista Natural**

As mudanças climáticas que ocorrem no planeta são, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, fundado em 1988, no campo das Nações Unidas, causado pelo ser humano. (IPCC, 2008) A queima de combustíveis fósseis, juntamente com mudanças na utilização do solo para a pecuária e a agricultura, manejo de lixo e desmatamento emitem gases de efeito estufa (NASA, 2021). Tal emissão configura como a principal causa da crescente alta nas temperaturas, pois cria uma camada que faz com que o calor fique retido na atmosfera, exacerbando o chamado efeito estufa. (JIA; SHEVILAKOVA; ARTAXO, 2019)

O derretimento das calotas polares, a extinção de espécies e a elevação do nível do mar, como também o aumento nos casos de situações climáticas extremas como furacões, secas e enchentes evidenciam o aquecimento que emerge sob a superfície terrestre. Em "Como salvar a Amazônia: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada" os autores Barroso e Mello (2020) explicam que o desmatamento do território da Amazônia existe desde os anos de 1970, momento em que o próprio governo brasileiro começou a desflorestar o espaço para construção de estradas, incentivos à colonização, subsídios para a agricultura e infraestrutura. (CELENTANO; SILLS; SALLES; VERÍSSIMO, 2012 *apud* BARROSO; MELLO, 2020)

Salles e Esteves (2019) dissertam que a Amazônia possui atualmente a maior reserva de biodiversidade do mundo, tendo em sua extensão a maior concentração de animais, fungos, plantas, bactérias e algas da Terra. Além disso, ela também possui grande influência na estabilidade climática do mundo todo, devido a sua grande taxa de retenção de carbono, pois

armazena dióxido de carbono, através da fotossíntese, como também no papel do regime de chuvas, em que, com a evapotranspiração, atrai e transfere umidade dos oceanos para a parte terrestre do continente, fator essencial para o agronegócio brasileiro juntamente com a geração de energia. A escassez da água pode comprometer as indústrias, a vida urbana e o abastecimento da população. Além disso, a Amazônia é o lar de uma variedade de povos e culturas, como tribos indígenas.

O desmatamento é algo grave que possui consequências negativas para todo um ecossistema e sua continuidade constitui o principal crime cometido no território amazônico. Seus dados são divulgados desde 1989 pelo sistema Prodes, que traz números sobre a taxa oficial de desmatamento ano por ano e também, a partir de 2004, pelo sistema Deter, que gera diariamente informações para ajudar no trabalho de fiscalização dos órgãos ambientais. Ambos são realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que possui grande reconhecimento internacional.(WERNECK *et al*, 2021)

Suas causas envolvem, segundo Barroso e Mello (2020), a pecuária para pastagem de gado e fabricação de ração para os mesmos, as queimadas que quando não são de caráter natural possuem origem criminosa, que tem como objetivo acabar com a vegetação e dar espaço à pecuária e à agricultura, que faz com que haja além de danos à floresta, danos também à saúde da população.

Em um estudo realizado pelos pesquisadores do museu Emílio Goeldi, que ocupa a segunda posição no ranking dos maiores museus de história natural do Brasil mostrou que 80% do desmatamento da Amazônia brasileira é proveniente da prática agropecuária. De acordo com a diretora do museu, Ima Vieira (2019 *in* BARBOSA, 2019), as queimadas agem no objetivo de limpar o terreno e no que tange à pecuária, para criar espaço para o gado. A pesquisa ainda ilustrou que a cada 10 hectares do território amazônico, 6 se tornam pasto, 3 são abandonados e o último restante vai para a agricultura.

Um relatório produzido pela ONG internacional *Mercy for Animals* em 2020 evidenciou o fato de a pecuária ser a principal causadora do desmatamento na Amazônia. De acordo com o levantamento, as áreas em que há a perda de cobertura natural são em locais majoritariamente dominados por grandes frigoríficos, tais como JBS, Minerva e Marfrig. (MFA, 2020)

Em segundo lugar, a extração e comércio ilegal de madeira, que serve de porta de entrada para outras atividades ilegais na Amazônia, como apropriação de terras públicas que

serão vendidas e usadas para pecuária ou agricultura, criando um ciclo vicioso de destruição da floresta que a empobrece e leva à perda de vegetação e extinção de espécies que dependem daquele espaço para sobreviver. (BARROSO; MELLO, 2020)

De acordo com a WWF (2021), a prática da derrubada de árvores também está relacionada à construção de rodovias, que possui como consequência a facilitação do acesso na mata e posteriormente, a extração seletiva de madeira. Sua prática de forma ilegal se torna alvo de empresas visto que este tipo de madeira é vendida com um valor abaixo do mercado. Dessas madeiras, a maioria se configuram em terras públicas.

Segundo dados divulgados pelo estudo da ONG Imazon, 70% da madeira explorada no Pará, de agosto de 2017 a julho de 2018, é ilegal. Segundo o estudo realizado, 38 mil hectares de florestas foram explorados pela atividade madeireira no período analisado. Desse número, aproximadamente 27 mil hectares não possuíam autorização. Até o ano de 2020, existiam apenas 10 fiscais responsáveis pela fiscalização do território amazônico que toma parte no Pará, cuja área total é de 125 milhões de hectares. (CARDOSO; SOUZA JR., 2020)

Em seguida, o garimpo e a mineração ilegais, principalmente do ouro, tomam posição na lista, que atualmente está presente em grande parte da chamada Amazônia Legal brasileira, disfarçada de "garimpo", como aduz Lehmacher (2016 *apud* BARROSO; MELLO, 2020). Seus maquinários, que causam grande impacto no meio ambiente, são pesados e de custo financeiro altamente elevado. Suas consequências também tomam parte na contaminação dos rios e dos peixes que ali vivem, pelo uso de mercúrio na exploração do ouro, como também na invasão de áreas protegidas, principalmente em território indígena.

De acordo com o INPE (2020 *in* EM MEIO ..., 2020), entre janeiro e abril de 2020, mesmo com a pandemia do Covid-19, 72% de todo o garimpo realizado na Amazônia aconteceu em áreas teoricamente protegidas. Em unidades de conservação, o garimpo aniquilou cerca de 879,8 hectares de floresta, no mesmo período observado, refletindo um aumento de 80,62% quando comparado ao mesmo intervalo em 2019.

A caça ilegal e o tráfico de animais, que se configuram como uma das principais atividades criminosas rentáveis do mundo (segundo dados do Fórum Econômico Mundial, os números chegam a somar 7 a 23 bilhões de dólares por ano), também estão presentes na Amazônia. Outros crimes que ocorrem são contra os defensores da floresta, que configuram índios, povos tradicionais da floresta, quilombolas, ativistas e ambientalistas, vítimas de

grileiros, garimpeiros, pistoleiros de aluguel e madeireiros. (LEHMACHER, 2016 *apud* BARROSO; MELLO, 2020)

Segundo a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), é estimado que cerca de 38 milhões de animais são afetados por esta prática, com as tartarugas e os peixes ornamentais se configurando como os principais animais caçados na Amazônia. O estudo foi realizado pela instituição estadunidense em parceria com ONGs internacionais como a *Traffic* e União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) (CHARITY; FERREIRA, 2020)

A estimativa, segundo Acebes *et al* (2019), é de que mais de 300 vidas já foram perdidas em detrimento de conflitos pelo uso da terra e recursos naturais da Amazônia, fazendo com que o Brasil ficasse em terceiro lugar no ranking dos países mais perigosos para ativistas e defensores da terra e do meio ambiente no ano de 2019, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Tendo em vista o cenário da destruição da floresta para a pecuária, a grilagem de terras envolve mais uma violação ambiental na Amazônia, pois com a extração ilegal da madeira, queima de vegetação, esses territórios, que de início pertencem ao poder público, são apossados por tais grileiros que posteriormente vão atrás de regularização do território ou simplesmente falsificam documentos para provar a legitimidade e legalidade do espaço "grilado", como demonstra o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. (IPAM, 2006)

De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) (2019 *apud* BARROSO; MELLO, 2020), 35% do desmatamento da Amazônia teve seu registro em áreas não-designadas e com falta de informação nos períodos de agosto de 2018 a julho de 2019. Segundo o diretor-executivo do instituto, tal número é devido à grilagem de terras. Se fossem consideradas também as áreas protegidas, o número subiria para 44%.

A biopirataria, que existe desde muito tempo em outros formatos, retira de forma ilegal espécies da fauna e da flora e no território da Amazônia e também se apropria de conhecimentos tradicionais dos indígenas e da população da floresta, que tem como objetivo patentear substâncias químicas e princípios ativos da região. Assim, os chamados bens coletivos alheios são explorados na intenção de privatizar e monopolizar, gerando lucro individual. Um exemplo é a da marca Açaí, produto natural da região, que foi registrado no Japão (FERNANDES, 2017 *in* BARROSO; MELLO, 2020), e do Cupuaçu, ambos com

tentativa falha de registro no mercado internacional, como trazem Nogueira, Siqueira e Soares (2010 *in* BARROSO; MELLO, 2020)

Por último, há também o trabalho escravo, tráfico de pessoas e aliciamento, que ocorre em grande parte na fronteira agrícola da Amazônia. Os criminosos aproveitam do desemprego e a da falta de qualificação profissional na região, levando trabalhadores rurais vulneráveis para trabalhar em locais distantes e dessa forma tem início a conhecida escravidão por dívida, utilizando de violência física e moral para mantê-los naquelas condições. (OIT, 2011; Cacciamali; Azevedo, 2011; OIT, 2010 *apud* BARROSO; MELLO, 2020)

Dessa forma, foi dada a largada a um processo vasto de desmatamento no Brasil, com 7,4% da floresta desmatada entre os anos 1970 e 1990, segundo Butler (2018 *apud* BARROSO; MELLO, 2020). No século XXI, até 2004, o território desmatado atingiu grandes proporções, chegando a 27,7mil km<sup>2</sup> e a partir deste momento foi criado o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Barroso e Mello (2020) aduzem que o plano tinha como objetivo frear os números e proteger o território com implementação de monitoramento para o desmatamento por imagens de satélites, fiscalizações sobre extração ilegal de madeira, combate à grilagem de terras, criação de unidades de conservação, demarcação de terras indígenas e corte de créditos subsidiados para os produtores que não possuíam terras legais ou descumpriam com as normais ambientais existentes.

Todo esse esforço trouxe um resultado positivo e entre 2004 e 2012 a taxa de desmatamento decaiu em até 80%. No ano de 2009, o governo aprovou e criou a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e no ano seguinte comprometeu-se em reduzir em até 80% os índices de desmatamento da Amazônia Legal, em comparação aos números de 1996 a 2005. Mais à frente, em 2015, trouxe a Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) e fundou a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+). (BARROSO; MELLO, 2020)

Este conjunto de medidas fez com que o quadro ambiental brasileiro conquistasse caráter otimista e próspero, pois conseguia obter apoio financeiro internacional e aplicá-lo nas políticas públicas que envolviam o meio ambiente e sua preservação (NEGRÃO, 2019; BARBOSA, 2019 *apud* BARROSO; MELLO, 2020). Porém, a partir de 2013, segundo o INPE (s/d *apud* BARROSO; MELLO, 2020), os índices subiram novamente e os números passaram de menos de 4.600 km<sup>2</sup> até 2012 para 7.536 km<sup>2</sup> em 2018.

Durante a COP-12, em Nairóbi, no ano de 2006, o governo brasileiro propôs a criação do Fundo Amazônia, que consiste em um fundo para a contribuição voluntária de países em

desenvolvimento no objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O fundo foi oficialmente criado em 2018 e em seu decreto é explicitado a intenção do fundo de captar recursos para projetos em ações de prevenção, bem como o monitoramento para o combate ao desmatamento e o incentivo para conservação e uso sustentável do bioma amazônico. (O QUE ..., 2015b)

### **CAPÍTULO 3: MEIO AMBIENTE NO BRASIL A PARTIR DE 2019: A DESCONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA**

Conforme explicitado no capítulo anterior, o Brasil tornou-se como um protagonista natural nos debates internacionais acerca dos problemas ambientais, principalmente por dois motivos que se sobrepõem: i) a condição brasileira de país megadiverso, abrigando a maior parte da maior floresta tropical do mundo; ii) sua crescente presença e liderança nos debates globais sobre meio ambiente, sediando, inclusive, duas das maiores cúpulas já existentes sobre o tema (Rio 92 e Rio+20). Esta trajetória, porém, vem sofrendo uma nítida reversão a partir da ascensão de Jair Bolsonaro em 2019, o que pode ser analisado por meio de mudanças institucionais na área ambiental promovidas durante o seu governo e também pelo desempenho ruim de indicadores ambientais, além da retórica agressiva em relação ao tema. Este capítulo tem por objetivo compreender estes movimentos e seus desdobramentos sobre a imagem ambiental brasileira.

Segundo o INPE (2019 *apud* BARROSO; MELLO, 2020), entre os meses de agosto de 2018 e julho de 2019, 10.129 km<sup>2</sup> de florestas foram destruídas, revelando um aumento de 34,4% em relação ao período anterior (agosto de 2017 a julho de 2018). Entre agosto de 2019 e julho de 2020 foram desmatados 10.851 Km<sup>2</sup>, o que representa um aumento de 7,1%. Desde o ano de 2008 a taxa de desmatamento anual da Amazônia não ultrapassava a marca de de 10.000 km<sup>2</sup> anuais. O acumulado de desflorestamento chega a quase 20% do território da Amazônia brasileira original (VERÍSSIMO, 2015 *apud* BARROSO; MELLO, 2020). Este aumento nos números revela um quadro de mudança da forma como o novo governo eleito nas eleições presidenciais de 2018 enxerga e trata as questões ambientais<sup>1</sup>.

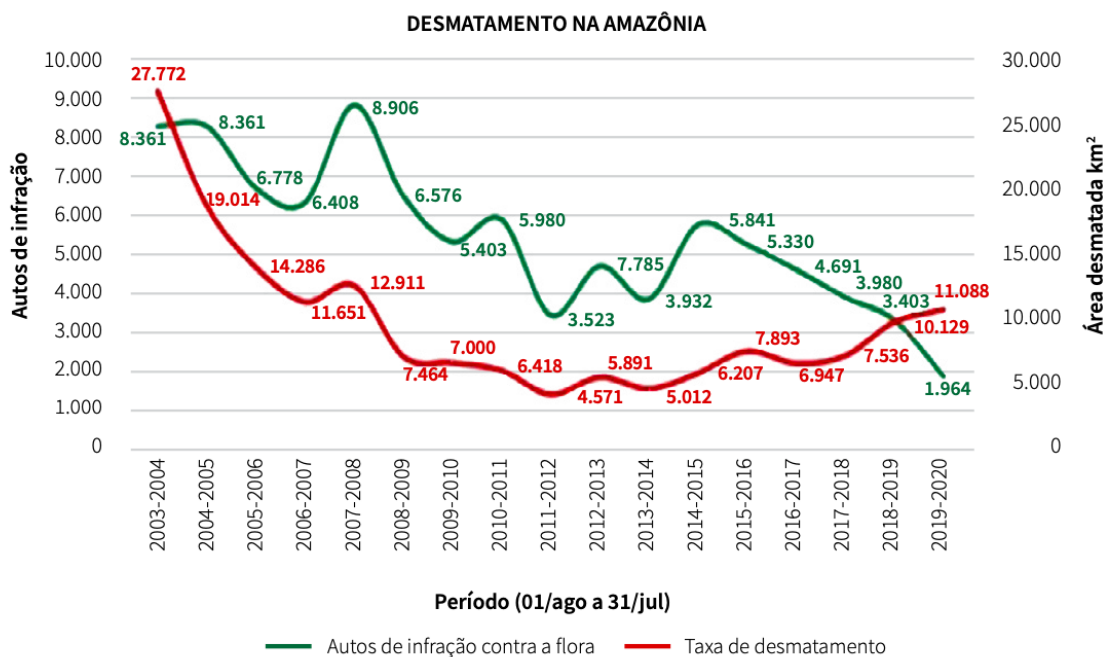
---

<sup>1</sup> Entre agosto de 2018 e dezembro de 2018 foi influenciado pelas eleições presidenciais e pela iminência de vitória de Jair Bolsonaro.

Freitas (2021) discorre que, diante da proximidade da realização da COP-26, ou Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, que acontecerá em novembro de 2021 na cidade de Glasgow (Escócia), os números de desmatamento no Brasil continuaram a bater recorde. No mês de agosto somente uma área que pode ser equivalente a cinco vezes o tamanho da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, foi desmatada, de acordo com o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), sendo o maior índice para o mês em dez anos. Em relação a desde o começo do ano de 2021, 1.606 km<sup>2</sup> foram destruídos, atingindo o pior cenário desde 2012.

Os meses de março, abril, maio e julho também entraram na lista de maior área de floresta destruída no período de dez anos, expondo a ineficácia e fragilidade dos esforços nacionais para o combate ao desmatamento. Além disso, comparando o mês de agosto de 2021 em relação ao mesmo do ano anterior, o aumento foi de 7%. Em relação ao primeiro mês do ano até o oitavo, o desmatamento subiu para 48% em relação ao mesmo período em 2020. O seguinte gráfico produzido pelo INPE em parceria com o Ibama analisa a relação existente entre a diminuição da fiscalização e a consequente alta das taxas de desmatamento. (FREITAS, 2021)

**Gráfico 1 - Desmatamento na Amazônia entre 2003 e 2020**



Fonte: Ibama e Inpe

FONTE: MULTAS ..., 2020, n.p.<sup>2</sup>

Junto com a alta no desmatamento, a pasta do meio ambiente foi tomada pelas Forças Armadas e desde maio de 2020 todas as ações são de responsabilidade do Ministério da Defesa. Com isso, houve uma queda de 42%, de julho de 2019 a agosto de 2020, nas multas que envolviam infrações contra a flora, chegando a 1.964, apresentando menor número durante as duas últimas décadas, conforme mostra o gráfico acima. (ORÇAMENTO ..., 2021)

Jair Messias Bolsonaro, presidente eleito, desde a sua campanha eleitoral trouxe propostas controversas e declarações polêmicas em relação ao meio ambiente brasileiro e aos acordos internacionais que envolvem a temática ambiental. Em setembro de 2018, o atual presidente do Brasil disse que, se eleito, pretendia retirar o Brasil do Acordo de Paris, pois, segundo ele, seus princípios poderiam prejudicar a soberania nacional e atrapalhar o desenvolvimento do Brasil. (BARROSO; MELLO, 2020; GAIER, 2018)

Segundo Barroso e Mello (2020), com sua vitória nas eleições, muitas mudanças no governo foram feitas, como o fim da Secretária de Mudanças do Clima e Florestas do Meio Ambiente (MMA); o fechamento da Subsecretaria Geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores; a demissão de superintendentes estaduais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), substituindo-os por indivíduos de competência duvidosa; a diminuição da quantidade de membros que compunham o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), diminuindo a representatividade de ONGs, dos estados e da sociedade civil.

Além disso, houve também a mudança do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (conhecido popularmente por Ministério da Agricultura), juntamente com a autoridade de demarcação de terras indígenas, que anteriormente era de competência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e a extinção do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, que tem como função a proteção ambiental do território da Amazônia com ações de REDD+. Tendo em vista que o fundo recebia alto valor financeiro internacional, Noruega (93,8%) e Alemanha (5,7%) principalmente, tal ato governamental ocasionou certa tensão no campo da diplomacia entre estes países e o Brasil. (BNDES, 2019 *apud* BARROSO; MELLO, 2020)

---

<sup>2</sup> MULTAS do Ibama caem 42% e desmatamento sobe 9,5% na Amazônia. **Fakebook.eco**, 01 dez. 2020. Disponível em: <<https://fakebook.eco.br/desmatamento-avanca-95-e-multas-do-ibama-caem-42-na-amazonia/>>. Acesso em: 10 jun.2021



As mudanças na estrutura da pasta do meio ambiente tiveram como objetivo facilitar os processos de ilegalidade sem que houvesse grandes empecilhos burocráticos e legislativos, bem como agilizar o processo e fazer com que sua aplicação estivesse dentro das normas estatais. Segundo o projeto Política por Inteiro (2021), apenas no ano de 2020, 593 atos normativos do governo federal relacionados ao meio ambiente foram feitas, sendo 57 reformas institucionais, 32 revisões de regulamentos, 32 com o objetivo de flexibilização, 19 de desregulações e 10 de revogações.

Em maio de 2020 tornou-se público, por ordem do Supremo Tribunal Federal, a fala do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em uma reunião ministerial que havia acontecido no mês anterior. Ricardo Salles fala sobre "ir passando a boiada", pois o mundo enfrentava a crise sanitária da Covid-19 e toda a atenção da imprensa estava voltada para o tema. Dessa forma, segundo o ministro, o momento era oportuno para realizar ações infralegais relacionadas ao meio ambiente, no sentido de conferir maior "flexibilidade" às normas ambientais. (WERNECK *et al*, 2021)

Werneck *et al* (2021) ainda discorrem que a flexibilização do controle da exportação de madeira, a investida na liberação de petróleo em áreas consideradas sensíveis, como também o atingimento dos limites orçamentários, o loteamento de órgãos ambientais com policiais militares considerados leigos na temática ambiental e o projeto que tinha como fim a extinção do Instituto Chico Mendes, que junto com o Ibama, compõe os principais órgãos ambientais do Brasil, foram algumas das medidas na pasta ambiental realizada por Ricardo Salles. No campo da agricultura, houve a tentativa falha de institucionalizar o "PL da Grilagem", Projeto de Lei 510/2021, que anistia a ocupação de terras públicas em todo o território nacional. Ainda, houve a criação do programa "Titula Brasil", em que dá autoridade aos municípios de titularem terras públicas que foram ocupadas ilegalmente.

Também, devido à imagem negativa que apresentava o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, o presidente do Brasil Jair Bolsonaro reativou o Conselho Nacional da Amazônia Legal, órgão fundado pelo ex presidente Itamar Franco e que se encontrava inativo desde 1990, passando a coordenação para Hamilton Mourão, vice presidente da República de seu governo. Sem nenhum representante da Funai, do Ibama e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), o conselho foi formado por 19 militares. (WERNECK *et al*, 2021)

Tendo em vista os números e notícias da realidade ambiental brasileira, Lindner, Shores e Galvão (2020) discorrem que o presidente do Brasil Jair Bolsonaro passou a incriminar e responsabilizar organizações não governamentais, chegando a discursar em uma *live* em setembro de 2020 dizendo que as ONGs são um “câncer” que ele não conseguia acabar. Mais tarde naquele mês, em uma cúpula sobre biodiversidade, acusou tais organizações de comandarem os crimes ambientais cometidos na Amazônia.

Segundo Spring (2019) e Werneck *et al* (2021), outra estratégia feita pelo governo em 2019 foi a censura à comunicação do ICMBio e do Ibama, tirando de tais órgãos a liberdade de se comunicar com a imprensa de forma direta. Segundo informações do próprio Ministério do Meio Ambiente, menos da metade dos pedidos de jornalistas foram atendidos após esta mudança.

Aguiar, Lanza e Jones (2021) aduzem que, como consequência da globalização, a internacionalização da mídia é um fator muito importante e com grande influência na forma com que muitas ações e posicionamentos das nações refletem na sociedade civil e nas relações interestatais advindas desse processo. Com isso, os discursos, como também as ações promovidas tanto por Jair Bolsonaro, quanto por Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente de seu governo, possuem papel importante na análise da imagem ambiental brasileira no âmbito internacional.

Além disso, a mídia internacional também serve de plataforma para a sociedade civil, com ativistas que lutam pela causa ambiental, como no caso da jovem sueca Greta Thunberg, que possui influência mundial nos debates internacionais, sendo muitas vezes responsável por decisões políticas acerca dos problemas ambientais globais. (AGUIAR; LANZA; JONES, 2021)

Dessa forma, a mídia contemporânea atua no meio da internet disseminando informação de forma a atingir em um alcance global e de forma instantânea, fazendo com que medidas públicas não fiquem mais restritas ao âmbito doméstico. Em julho de 2019, o presidente do Brasil discursa durante um ato público expondo um desinteresse acerca da preservação e fiscalização do território da Amazônia:

Quando acabarem as commodities [matérias-primas] do Brasil, nós vamos viver do quê? [...] Vamos virar veganos? Vamos viver do meio ambiente? [...] Ricardo Salles está no lugar certo. Consegue fazer o casamento do Meio Ambiente com a produção. Eu falei para ele: 'Mete a foice em todo mundo no Ibama. Não quero xiitas'. (BOLSONARO, 2019 *in* GORTÁZAR, 2019)

Como trazem Aguiar, Lanza e Jones (2021), este tipo de discurso pelo presidente gera opiniões controversas não só da sociedade civil, mas também das nações do mundo todo, guiando assim, as relações internacionais para uma dinâmica em que se encontram sujeitas as mídias sociais e a mídia internacional.

Jair Messias Bolsonaro possui uma política que pode ser considerada de caráter tradicional e populista, que fazem com que suas medidas relacionadas a pasta do meio ambiente sejam absorvidas como retrógradas e sem consistência pelo escopo do Regime Internacional de Mudança do Clima (RIMC) em relação às medidas anteriores tomadas pelo governo brasileiro. (AGUIAR; LANZA; JONES, 2021)

Também, a deterioração da imagem ambiental brasileira como ator protagonista nos debates acerca do meio ambiente vão ao encontro com a postura negacionista tanto do presidente, quanto dos seus ministros, em especial do meio ambiente e das relações exteriores do Brasil, no que tange às mudanças climáticas e o papel e responsabilidade que o Brasil possui acerca destes, no intuito de aplicar medidas desenvolvimentistas não sustentáveis. (AGUIAR; LANZA; JONES, 2021)

Assim, como expõem Aguiar, Lanza e Jones (2021) as ações do governo de Bolsonaro no que tangem ao meio ambiente é retratado em plataformas internacionais de forma negativa, a exemplo das manchetes: "A Amazônia está completamente sem lei - a floresta após um ano de governo Bolsonaro" do The New York Times (2019) e "Vigília da morte para a Amazônia" do The Economist (2019), fazendo com que os demais Estados da sociedade internacional entendam a incoerência das atitudes do governo brasileiro em relação às normas éticas internacionais.

Segundo Mazui (2020), todas essas medidas e posicionamentos do governo brasileiro na questão ambiental e econômica não passaram despercebidas por investidores, empresas e pelo mercado de commodities tanto nacional quanto internacional, como Mazui. Ameaças de desinvestimento e boicote foram lançadas ao governo no ano de 2020, tendo em outubro do mesmo, a rejeição pelo Parlamento Europeu do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, expondo a questão ambiental como principal motivo dessa rejeição, colocando o acordo parado até que medidas fossem tomadas pelo governo brasileiro, segundo o embaixador da UE no Brasil, Ignacio Ybañez.

Em maio de 2020, 15 empresas consideradas grandes, escreveram a Rodrigo Maia, presidente da Câmara, sobre a questão da possível aprovação da MP 910, medida provisória

que busca absolver e titular propriedades que foram ocupadas de forma ilegal no território brasileiro, alegando que se essa fosse aprovada, facilitaria o processo de grilagem juntamente com o desmatamento, ameaçando boicote se tal medida provisória se concretizasse (até junho de 2021 essa medida não havia sido aprovada, voltando ao Congresso Nacional como Projeto de Lei). (BRASIL, 2019; GREEN; SPRING, 2020)

No dia 23 de junho de 2020, uma reunião de 30 fundos de investimentos de 8 países do globo entrou em contato com as embaixadas brasileiras demandando explicações sobre a crise ambiental que pairava sobre o território nacional. Juntos, esses fundos somam em até 4,1 trilhões de dólares. (INVESTOR ..., 2020; WERNECK *et al*, 2021; WETERMAN; VIEIRA; SIQUEIRA, 2020)

No campo brasileiro, em maio de 2020, CEOs de 38 empresas nacionais escreveram ao vice-presidente Hamilton Mourão alegando que a crise ambiental possui grande impacto na imagem ambiental brasileira. Além da baixa reputação, também prejudica o "desenvolvimento de negócios e projetos considerados fundamentais para o país" (WERNECK *et al*, 2021, p.27). No mês subsequente, os países que compõem a Parceria da Declaração de Amsterdã (Alemanha, França, Dinamarca, Itália, Holanda, Noruega e Reino Unido) e a Bélgica também escreveram ao vice-presidente, manifestando preocupação e insatisfação acerca do desmatamento e acusando-o de comprometer empresas e investidores no cumprimento de seus critérios de sustentabilidade, visto que historicamente o país vinha de um processo de conquistas relacionadas à preservação e proteção do meio ambiente nacional.

Em setembro de 2020, o presidente discursou na Assembléia Geral da ONU e em sua fala que tangia ao meio ambiente, declarou que

A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha, escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o Governo e o próprio Brasil. (BOLSONARO, 2020 *in* SOARES, 2020, n.p.)

No entanto, a afirmação não possui cunho verdadeiro, visto que o presidente estaria se referindo a uma campanha lançada por um conjunto de organizações brasileiras intitulada de "Amazon or Bolsonaro? Which side are you on?" que buscou denunciar o quadro de destruição das florestas brasileiras e o desmonte ambiental do atual governo. (TODAS ..., 2020)

Tal campanha teve grande reconhecimento internacional e foi disseminada por organizações, pessoas físicas e celebridades do mundo todo, não havendo nada relacionado à exploração das riquezas da Amazônia, conforme explicitado pelo presidente. Além disso, Jair Bolsonaro discursou: “Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental” (BOLSONARO, 2020 *in* SOARES, 2020, n.p.). No entanto, apenas no Pantanal, as queimadas já destruíram 21% de seu bioma, de acordo com o LASA/UFRJ. Segundo o INPE (2021), os números são os mais graves desde o início de tal ato. Até 21 de setembro de 2020 foram registrados 16.119 focos, configurando como o número mais alto em 23 anos que foram registrados via satélite.

Até setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro discursou ao menos 21 vezes sobre o Brasil ser o país que "mais preserva no mundo". Porém, a afirmação não condiz com a realidade. Segundo dados fornecidos pela própria ONU, existem cerca de 29 países com cobertura florestal maior do que o Brasil, proporcionalmente. (THE WORLD BANK, 2021a)

De acordo com o ranking da ONU, o país ocupa a 34ª posição em áreas protegidas. De forma absoluta, o Brasil possui a maior extensão de terras públicas protegidas legalmente, porém como exposto anteriormente, na prática o cenário diverge: sob a governança de Bolsonaro, o desmatamento aumentou 40% em unidades de conservação e 80% em terras indígenas (THE WORLD BANK, 2021b). No ano de 2019, o Estado brasileiro foi o que mais desmatou florestas primárias do mundo, segundo dados da Global Forest Watch, concentrando mais de um terço de toda a perda de florestas tropicais úmidas. (PERDEMOS ..., 2020)

Uma semana após a Cúpula do Clima convocada por Joe Biden em 2020, um grupo de cientistas que contou com 11 vencedores do Prêmio Nobel publicou um documento com tom apelativo em relação à sociedade no cenário pós-pandemia da Covid-19. A declaração explicita a necessidade da tomada de medidas emergenciais e abrangentes em relação à proteção dos ecossistemas e das mudanças climáticas. (PRÊMIOS ..., 2021)

De acordo com os cientistas envolvidos, o mundo atualmente passa por cinco grandes crises, sendo elas a pandemia global, a crise da desigualdade, a crise ecológica, a crise climática e a de informação. Para eles, reconhecer a responsabilidade acerca do planeta é uma "necessidade existencial". (PRÊMIOS ..., 2021)

Brian Schmidt (2021 *in* PRÊMIOS ..., 2021), um dos autores do documento afirmou que: “Políticos e cientistas devem trabalhar juntos para fazer a ponte entre as evidências científicas, a política de curto prazo e a sobrevivência de toda a vida neste planeta na época do

Antropoceno." Também, o vice-reitor da Universidade Nacional Australiana explicou que só poderíamos aproveitar o potencial de longo prazo da humanidade se houver no presente a valorização do nosso futuro comum.

Em novembro de 2020, durante uma cúpula internacional, após o presidente do Brasil ser pressionado pela comunidade internacional acerca do aumento do desmatamento, Bolsonaro divulgou informações falsas e imprecisas sobre o meio ambiente. Em seu discurso, o presidente afirmou que

Hoje nosso país exporta um volume imenso de produtos agrícolas e pecuários sustentáveis e de qualidade. Alimentamos quase 1,5 bilhão de pessoas e garantimos a segurança alimentar de diversos países. Ressalto que essa verdadeira revolução agrícola no Brasil foi realizada utilizando apenas 8% de nossas terras para a agricultura e 19% para a pecuária. (BOLSONARO, 2020 *in* FAGUNDES, 2020)

Porém, em um estudo publicado pela Science, e divulgado pela imprensa indicou que ao menos vinte por cento das sojas brasileiras importadas pela União Europeia vem de terras ilegalmente desmatadas na Amazônia e no Cerrado. (RAJÃO *et al*, 2020)

Em janeiro de 2021, um grupo que contava com mais de 1.300 organizações ambientalistas entregou à ONU uma carta apelando para que o governo brasileiro fosse responsabilizado pelo declínio no avanço para cumprir a meta nacional do Acordo de Paris. Segundo o documento, havia a necessidade de que fosse destacado este retrocesso da denominada NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) do Brasil após o ministro Ricardo Salles ter alterado a meta em dezembro de 2020. (ONGs ..., 2021)

De acordo com ONGs ... (2021), para a comunidade envolvida na carta, a ONU precisaria traçar uma NDC para o Brasil que fosse adequada não só a sua realidade, mas também em relação ao cumprimento das metas acordadas em Paris. Desenvolvido pela organização *Climate Action Network*, o documento foi o primeiro escrito diretamente a um país em relação à prática e cumprimento das NDCs.

Segundo um estudo publicado pela revista científica *Conservation Biology*, desde o começo da pandemia da Covid-19 até fevereiro de 2021, de 57 mudanças realizadas em dispositivos legais no intuito de enfraquecer a institucionalidade ambiental brasileira, mais de 50% ocorreram após o início da crise sanitária mundial. Dessa forma, o cenário caótico pelo qual o globo enfrenta se tornou oportuno para que Ricardo Salles conseguisse "ir passando a boiada" (CONSERVATION BIOLOGY, 2021 *apud* GOVERNO ..., 2021, n.p.).

No dia 23 de junho de 2021, o ministro Ricardo Salles deixou o ministério do Meio Ambiente. Publicado em uma edição extraordinária do Diário Oficial da União, o ministro estava sendo investigado como suspeito de estar envolvido na exportação ilegal de madeira. Caracterizado por ter feito uma gestão considerada tumultuada, indo em uma direção de encontro com as políticas ambientais instituídas pelo governo brasileiro até 2018, o ministro foi criticado e sofreu grande pressão internacional após o aumento das queimadas, como também do aumento do desmatamento no território brasileiro. (JORNAL NACIONAL, 2021)

Um estudo publicado em março de 2021 na revista *Frontiers in Veterinary Science*, de Morand e Lajaunie (2021), trouxe um alerta para a população acerca do impacto causado pelo desmatamento e de monoculturas no que tange a saúde da população do mundo. Realizado na Universidade de Montpellier, na França, mostrou que os surtos de doenças infecciosas possuem maior probabilidade de existência em regiões em que estes cenários ocorrem, além da maior tendência de acontecer em locais em que a biodiversidade diminui.

De acordo com os pesquisadores, locais em que há ecossistemas afetados, florestas que foram desmatadas recentemente, pântanos drenados para agricultura, projetos de mineração ou residenciais fazem com que os vírus sejam mais propensos a saltar para humanos ou animais. Também, para eles, quando o processo é feito perto de áreas urbanas, as consequências podem ser ainda piores. (MORAND; LAJAUNIE, 2021)

Também, em março de 2021, um estudo publicado pela revista *Frontiers In Forests And Global Change* (2021 *apud* AMAZÔNIA ..., 2021) mostrou que a Amazônia, que durante toda sua existência foi considerada como uma grande absorvedora de carbono, não está conseguindo cumprir este papel após décadas de degradação ambiental no território da maior floresta tropical do mundo. Segundo os especialistas, este cenário possui consequências no clima mundial.

As ações humanas se encontram no topo do ranking de responsabilidade na aceleração e intensificação do processo. Dentre estas ações estão a emergência da mineração e do petróleo, além das práticas agrícolas, de pesca e caça. O estudo, realizado em uma parceria da National Geographic Society juntamente com a sociedade civil e cientistas, expôs que o cenário ainda pode ser revertido, contanto que medidas fossem tomadas de forma imediata (FRONTIERS IN FORESTS AND GLOBAL CHANGE, 2021 *apud* AMAZÔNIA ..., 2021). Segundo a pesquisadora Paula Bernasconi (2021 *in* AMAZÔNIA ..., 2021, n.p.), o artigo “ressalta, uma vez mais, o importante papel da Amazônia e dos seus ciclos naturais e reforça a

urgência da implementação tanto de medidas de políticas públicas como de ações do setor privado para a conservação da floresta”.

Em abril de 2021, o Ministério do Meio Ambiente afirmou nas redes sociais e em nota no site que o atual governo brasileiro havia anunciado novas metas para o Brasil na Cúpula de Líderes sobre o Clima, convocada pelo presidente dos Estados Unidos Joe Biden no início do mês. De acordo com o MMA (2021), o país se comprometeu a reduzir as emissões em 37% até 2025 e zerar o desmatamento ilegal até 2030.

No entanto, estas metas já haviam sido apresentadas pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2015, sendo reduzida posteriormente por Salles em 2020. Em relação ao desmatamento, o compromisso teve a sua formalidade extinta pelo então ministro do Meio Ambiente. Em dezembro de 2020, Ricardo Salles retirou a meta da NDC. Após essa redução da NDC, o governo brasileiro sofreu um processo na Justiça Federal de São Paulo com a premissa de que estas mudanças violariam o tratado do clima, para que tanto Ricardo Salles quanto o ex-ministro Ernesto Araújo fossem responsabilizados por tal "pedalada" climática. (JOVENS ..., 2021)

Denunciado pelo *Climate Action Tracker* (2021 *apud* JOVENS ..., 2021), que reduziu a classificação da meta de "insuficiente" para "altamente suficiente", o Brasil foi dissociado do *Climate Ambition Summit*, cúpula que reuniu mais de 70 nações para celebrar os cinco anos do Acordo de Paris. Para fazer parte dos países participantes, a condição era de apresentar compromissos e metas mais ambiciosas.

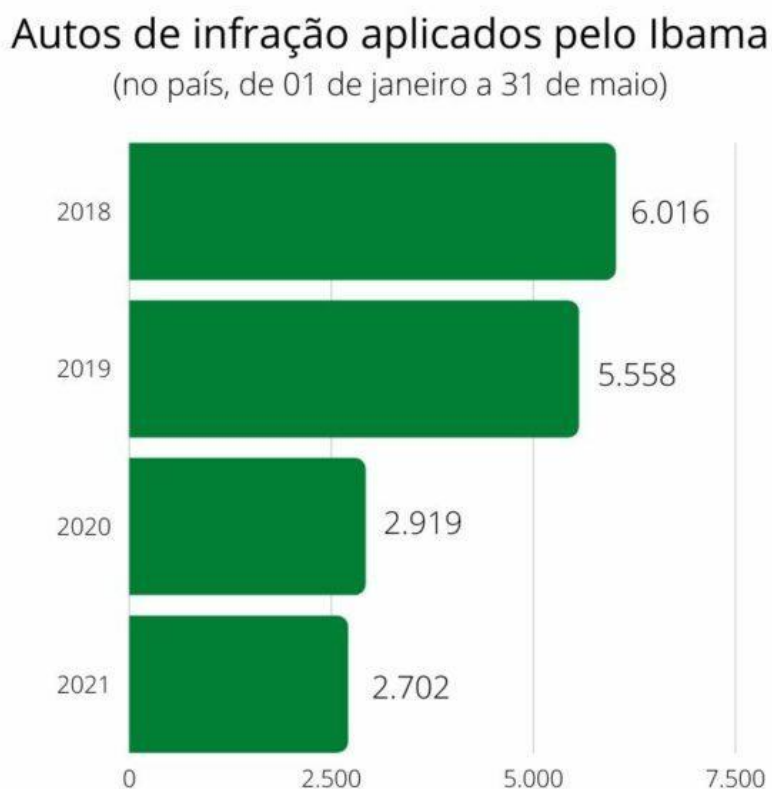
Na cúpula, o presidente discursou expondo que “o Brasil participou com menos de 1% das emissões históricas de gases de efeito estufa, mesmo sendo uma das maiores economias do mundo” (BOLSONARO, 2021 *in* PLANALTO, 2021a). Porém, sua fala trouxe inverdades, visto que, através de uma pesquisa feita no Canadá, por Matthews *et al* (2014), o Brasil ocupou a quarta posição nos contribuintes para o aumento da temperatura média do planeta, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Rússia e China.

Após ser criticado pela revista britânica *The Economist* em junho de 2021 em relação à crescente nos números relacionados ao desmatamento no território brasileiro (MONEY ..., 2021), o governo Bolsonaro rebateu dizendo que o país é o que mais conserva a natureza no mundo, afirmando ainda que houve uma intensificação das políticas que visam fiscalizar essa prática. (PLANALTO, 2021b)



Porém, a afirmação não condiz com a realidade. De acordo com o IBAMA (2021), as multas aplicadas em todo o país caíram 55% de janeiro a maio de 2021, em relação ao mesmo período no ano de 2018. Também, de acordo com um documento do Ibama para o Tribunal de Contas da União (TCU), após uma norma feita pelo ministro Ricardo Salles, o número de julgamento de multas ambientais decresceu 76,8%, saindo de 23,8 mil processos até 2018 para apenas 5,5 mil em 2020. Assim, o gráfico a seguir mostra como essas infrações foram diminuindo de forma drástica a partir do ano de 2019, se analisado o período entre os meses de janeiro e maio.

**Gráfico 2** - Autos de Infração aplicados pelo Ibama entre 2018 e 2021



Fonte: É FALSO ..., 2021, n.p.<sup>3</sup>

Em julho de 2021, um estudo feito pelo Inpe e publicado pela revista britânica *Nature* mostrou que, em certa parte da Amazônia (entre Pará e Mato Grosso), devido ao desmatamento e às mudanças climáticas, a capacidade da floresta de absorver gás carbônico

<sup>3</sup> É FALSO que fiscalização ambiental foi “intensificada”, como afirma governo Bolsonaro para rebater The Economist. **Fakebook.eco**, 08 jun. 2021. Disponível em: <<https://fakebook.eco.br/e-falso-que-fiscalizacao-ambiental-foi-intensificada-como-afirma-governo-bolsonaro-para-rebater-the-economist/>>. Acesso em: 06 ago 2021.

está diminuindo. Dessa forma, o local passou a ser uma fonte de emissão de dióxido de carbono, principal causador do aumento do efeito estufa, chegando a um processo temporal chamado de "*tipping point*" ou "ponto de virada". (SORDI; ANGELO, 2021)

Com isso, de acordo com o estudo liderado por Luciana Gatti (2021 *apud* SORDI; ANGELO, 2021), uma das funções primordiais da floresta amazônica, de retirar CO<sub>2</sub> da atmosfera e atuar no processo de freamento do aquecimento global, já não consegue mais ser tão efetiva como antes. Dessa forma, a Amazônia passou a emitir além de sua capacidade de absorção - 0,19 bilhão de toneladas de carbono anualmente para a atmosfera terrestre.

Além das instituições brasileiras, Albuquerque (2021) aduz que o *Intergovernmental Panel of Climate Change* (IPCC) também possui papel relevante para a governança global sobre o meio ambiente. O IPCC é uma entidade internacional criada pelo PNUMA e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e que busca trazer dados científicos e informações acerca das mudanças climáticas no mundo todo.

A entidade divulgou relatórios recentes prevendo um cenário em que efeitos das mudanças climáticas poderão ser sentidos como: "o atraso dos ciclos de chuva, seca, desertificação e comprometimento de safras agrícolas" (IPCC, 2021 *in* ALBUQUERQUE, 2021). No território da Amazônia, são esperados aumentos de até 2° C na temperatura média, indo de desencontro com a meta máxima de 1,5° C acordada no Acordo de Paris em 2015.

Dessa forma, o relatório prevê que a tendência seja de ao menos 150 dias por ano com temperaturas acima de 35° C na região da Amazônia, criando assim um cenário mais suscetível e propício para a propagação das queimadas na área. (ALBUQUERQUE, 2021)

Segundo Gatti (2021 *apud* SORDI; ANGELO, 2021), as queimadas das florestas resultam em um aumento de até 3 vezes mais na emissão de CO<sub>2</sub> além do que consegue absorver e em locais em que há desmatamento em 30% ou mais, as emissões chegam a ser 10 vezes maiores em relação a locais em que a porcentagem não passa dos 20%.

Pouco tempo depois da publicação do estudo, Gatti (2021 *apud* SORDI; ANGELO, 2021) explicou em uma entrevista que o cenário mostrado no estudo ainda pode ser revertido. Porém, para ela, a ação deve ser imediata, com política de desmatamento zero, além da promoção de projetos que envolvem recuperação florestal nos locais afetados.

Em relação ao Acordo de Paris, a pesquisadora do Inpe declarou que o Brasil estaria indo em uma direção contrária ao acordo, visto que as emissões continuaram a aumentar. Dessa forma, os esforços nacionais precisam ser altos: "estamos indo na direção oposta em

vários sentidos no Brasil, tanto nas políticas ambientais quanto nas de geração de energia elétrica e nas comerciais, com o país se colocando como um produtor de carne e grãos para o resto do mundo" (GATTI, 2021, n.p.).

Em agosto de 2021, de acordo com Angelo e Werneck (2021), o IPCC apresentou um relatório que contou com a participação de oitocentos cientistas de todo o mundo. Com 41 páginas, o relatório trouxe, pela primeira vez, a comprovação científica de que o aumento das temperaturas na superfície terrestre possuem, em sua maior parte, influência humana. Desde a era pré-industrial, a Terra esquentou cerca de 1,09°C, sendo 1,07°C causado pela atividade humana através da queima de combustíveis fósseis e o desmatamento, ambos emissores de gases de efeito estufa.

Além disso, o painel também trouxe que, independentemente das ações humanas seguintes para frear o aumento da temperatura, ela ultrapassará 1,5°C, limite estabelecido no Acordo de Paris. O relatório expôs que se o acordo do clima for cumprido, há chances de o número diminuir para 1,04°C entre os anos de 2081 a 2100. Porém, se esforços não forem feitos, até o fim do século a estimativa propõe que o número pode subir até 5,7°C comparado a média pré-industrial. (ANGELO; WERNECK, 2021)

A situação brasileira a que diz respeito ao relatório se mostra um tanto preocupante. De acordo com o painel, que produziu previsões de curto e médio prazo de cenários regionais para orientar as nações que possuem um futuro ecológico conturbado, como no caso do Nordeste, que atualmente já possui um cenário de longas secas devido ao aquecimento global, afetando a agricultura e a ecologia. Além do Nordeste, a região Centro-Oeste e o sul da Amazônia poderão enfrentar situações de calor extremo nas próximas décadas que virão. (ANGELO; WERNECK, 2021)

De acordo com o secretário-geral da ONU, António Guterres (2021 *apud* ANGELO; WERNECK, 2021, n.p.), o relatório "precisa ser o sino da morte para o carvão mineral e os combustíveis fósseis, antes que eles destruam nosso planeta", como também sendo "um código vermelho para a humanidade". Para ele, "os sinais de alerta são ensurdecidos e a evidência é irrefutável; as emissões de combustíveis fósseis e desmatamento estão sufocando nosso planeta e colocando bilhões de pessoas em risco imediato" (GUTERRES, 2021 *apud* ANGELO; WERNECK, 2021, n.p.).

Pelos países centrais já vinha ocorrendo medidas para combater estes problemas, como no caso dos países do continente europeu que, através do *European Green Deal*,

acordos foram firmados no intuito de estabelecer e incentivar a economia verde. Também, nos EUA, que após a saída do ex-presidente Donald Trump e a eleição de Joe Biden, o meio ambiente voltou a fazer parte da agenda do país e do governo chinês, que garantiu a neutralidade de emissões até 2060. (ALBUQUERQUE, 2021)

Segundo Albuquerque (2021), no caso do Brasil, governado por Jair Bolsonaro, os incentivos não foram sentidos. Com Ernesto Araújo em seu discurso de posse como ministro das Relações Exteriores do Brasil, o chanceler critica o Acordo de Paris de 2015 e alega que políticas climáticas possuem um dogma de caráter marxista, convergindo com o discurso anti-ciência e negacionista que já apresentou o próprio presidente em suas retóricas.

Em abril de 2021, após pressão tanto nacional quanto internacional, o presidente do Brasil, na Cúpula de Líderes sobre o Clima, pediu apoio financeiro no intuito de garantir a preservação do meio ambiente brasileiro. Albuquerque (2021) ainda expõe que seus argumentos na cúpula convocada pelo presidente Joe Biden foram de que as preocupações internacionais acerca da preservação dos recursos naturais brasileiros seguem uma lógica protecionista acerca dos produtos agrícolas do Brasil, que competem no mercado.

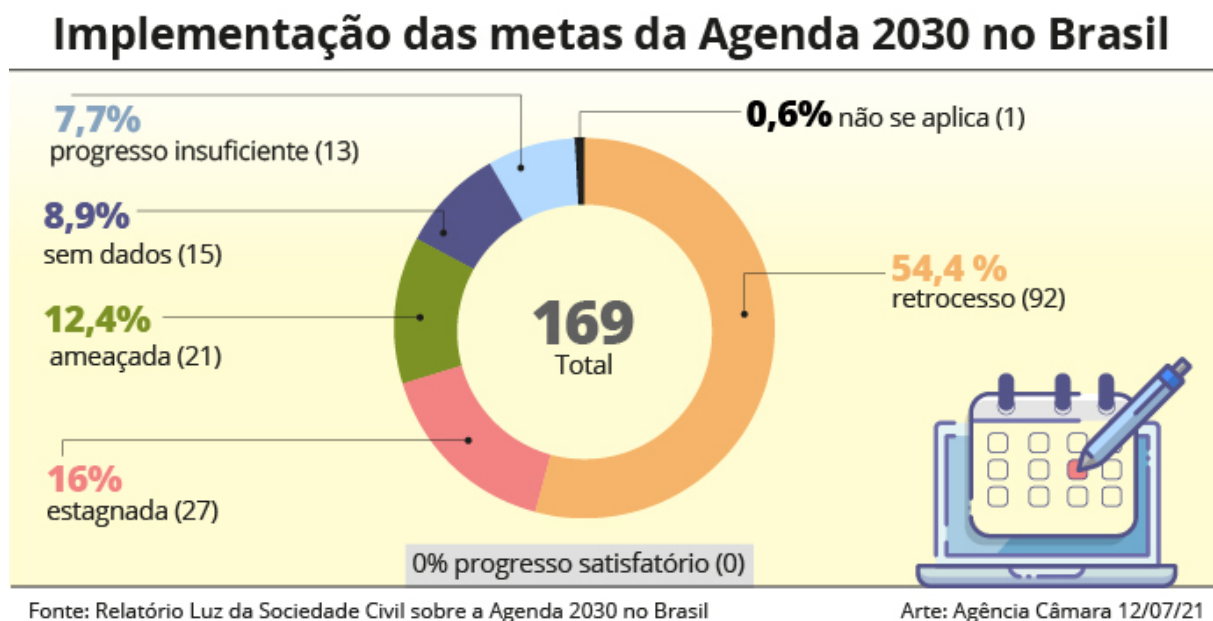
Além disso, o presidente também afirmou que os países desenvolvidos teriam responsabilidade sobre os custos financeiros para os problemas ambientais brasileiros visto que este fornece produtos do setor primário para muitos países no Sistema Internacional. Do outro lado, tal atitude foi vista por especialistas e lideranças mundiais de forma negativa, com estes alegando que "a preservação do meio ambiente é resguardada e garantida não só pelos acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte, mas também pela Constituição Federal" (ALBUQUERQUE, 2021, n.p.).

Assim, o discurso internacional era pautado no sentido de que preservar o território ambiental de um país era apenas o dever de casa de cada um, uma responsabilidade interna que toda nação possui. Com isso, o presidente prometeu o fim do desmatamento ilegal no Brasil, mas não expôs quais medidas seriam tomadas no objetivo de garantir esta promessa. (ALBUQUERQUE, 2021)

Além disso, um estudo revelou, em julho de 2021, que o Brasil não apresentou progressos relacionados a nenhuma das 169 metas dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 (ODS) que foram estabelecidas pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 2015. Os dados foram obtidos através do Relatório Luz 2021, gerado por organizações da sociedade civil que tem como objetivo expor o grau de aplicabilidade das

ODS no Brasil. O seguinte gráfico mostra que além do país não conseguir avançar no cumprimento das metas, mais da metade houve retrocesso. (HAJE, 2021)

Gráfico 3 - Progresso na Implementação das metas da Agenda 2030 no Brasil



FONTE: HAJE, 2021, n.p.<sup>4</sup>

Haja vista a falta de comprometimento do governo brasileiro para com as questões ambientais, iniciativas estaduais foram criadas, como a chamada Governadores pelo Clima, que conta com o apoio de 25 estados do Brasil. Esta iniciativa tem como objetivo a implementação de compromissos que envolvem políticas para atingir a neutralidade na emissão de carbono. (ALBUQUERQUE, 2021)

Para conseguir maior apoio, de acordo com Albuquerque (2021), os governadores brasileiros buscaram contato com líderes internacionais, como também organizaram comitativas próprias para participar de conferências e reuniões internacionais que tratam de questões relacionadas ao desenvolvimento e à sustentabilidade.

Em relação ao setor privado, Albuquerque (2021) afirma que houve a implementação de políticas de *Environment, Social and Governance* (ESG) no núcleo das estratégias das

<sup>4</sup> HAJE, Lara. Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU. **Câmara dos Deputados**, 12 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/784354-relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-em-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 27 set. 2021

corporações, buscando assim a existência de um mercado que tenha adesão a mecanismos de comercialização de títulos verdes, bem como de neutralidade de carbono.

Por não serem vistas de forma positiva pela sociedade internacional, as empresas brasileiras buscam, através desses esforços, se desprender da deteriorada imagem ambiental que o Brasil passou a possuir no âmbito internacional no intuito de evitar boicotes e manter seu processo produtivo funcionando. (ALBUQUERQUE, 2021)

Neste sentido, a revista britânica *Nature* divulgou, também em agosto de 2021, um estudo, produzido por Gillespie (2021), mostrando que a degradação ambiental da Amazônia provocada pela ação humana entre os anos de 2001 e 2019 chegou a afetar mais de 95,5% das espécies de plantas e animais vertebrados que são de conhecimento do território da Amazônia.

De acordo com a *Nature*, as políticas de proteção ambiental possuem impacto direto em tal cenário. Entre 2000 e 2008 as taxas de desmatamento subiram muito e só após esse período que, através da implementação de medidas públicas voltadas à redução do desmatamento, houve mudanças. (FOGO ..., 2021)

Segundo o pesquisador Brando (2021 *apud* FOGO ..., 2021), o fogo é

um agente muito importante de mudança da biodiversidade da Amazônia, e está diretamente atrelado ao desmatamento. Quanto mais áreas desmatadas, mais focos de calor são registrados. A gente pode dizer que esse estudo mostra o efeito direto e também indireto do desmatamento, que é o de tornar as florestas mais inflamáveis. (BRANDO, 2021 *apud* FOGO ..., 2021, n.p.)

Os pesquisadores envolvidos no estudo da revista *Nature* explicaram que, devido às altas taxas de desmatamento, com mais de 190 mil km<sup>2</sup> de floresta queimada durante o período analisado, houve como consequência a ameaça de extinção de mais de 85,2% das espécies de plantas do local. Contudo, devido ao viés negacionista em relação ao meio ambiente que foi instituído a partir de 2019, houve um relaxamento pelo governo brasileiro nos esforços para o combate dos problemas ambientais, comprometendo o progresso e trazendo um cenário alarmante para o futuro da Amazônia. (FOGO ..., 2021)

Devido à presença de um turbulento cenário que o meio ambiente brasileiro se localiza, fica claro a necessidade de que haja um esforço coletivo internacional. Grande parte dos países desenvolvidos já possuem suas florestas desmatadas, possuindo assim, uma responsabilidade histórica acerca do desmatamento e das mudanças climáticas. Assim, é desejável que as nações desenvolvidas financiem projetos e instituições que tem como

objetivo a redução dos gases de efeito estufa, como também disponibilizar quaisquer ajudas técnicas que forem precisas.

Além disso, como citado anteriormente, Barroso e Mello (2020) destacam que há uma tendência mundial para a sustentabilidade e grande parte da produção da Amazônia é destinada ao mercado internacional. Dessa forma, as empresas que fazem negócios com o Brasil podem exigir e pressionar estes produtores a produzirem os insumos de forma sustentável, juntamente com o mercado financeiro, colaborando para colocar a sustentabilidade na produção como um de seus fatores de análise e incentivos financeiros.

Assim, a crise climática planetária existente nos dias atuais faz necessária a ação e aplicação de estratégias externas e internas que procuram trazer resultados de curto a longo prazo, para que consigam lidar com as incertezas e complexidade tanto do planeta Terra, como da sociedade civil e suas relações entre si. (PEREIRA; VIOLA, 2021)

De acordo com Keohane e Oppenheimer, as mudanças climáticas possuem consequências em todo o globo, sendo assim, de responsabilidade coletiva de todas as nações, sejam elas desenvolvidas ou não. Porém, para os autores, um país apenas não é capaz de trazer mudanças significativas. (KEOHANE, OPPENHEIMER, 2016)

Em "*Brazilian climate policy (1992–2019): an exercise in strategic diplomatic failure*" os Pereira e Viola (2021, p.3) apontam que "como o meio ambiente não é mais estável, repensar as crenças e estratégias básicas da formulação de políticas tradicionais é uma etapa crítica para garantir a segurança climática". Neste sentido, há a presença do risco de ultrapassar limites que provocam mudanças no meio ambiente de forma súbita e muitas vezes irreversíveis, provocando um quadro de desestabilidade em todo o âmbito internacional, necessitando de haver uma priorização dos esforços.

Assim, na medida em que as mudanças climáticas não configuram um problema que possui em seu corpo uma estrutura de causa e consequências diretas e de curto prazo, ações rápidas e simples não são suficientes para frear o quadro. Para que consigam surtir efeito, segundo Pereira e Viola (2021), a abordagem necessária para conter as mudanças climáticas precisa ter um viés que enxerga os efeitos no longo prazo e antecipar as ameaças, como também políticas inovadoras e adaptativas que buscam enfrentar as imprevisibilidades e mudanças repentinas.

Os interesses nacionais também precisam sofrer alterações em seus objetivos como Estado-nação individual e passar a enxergar o Sistema Internacional, a humanidade e o

Planeta Terra como algo interconectado a estes e, assim, governar visando os benefícios de longo prazo ao seu favor. Haja vista que os processos ambientais não respeitam barreiras geográficas nacionais, as mudanças no meio ambiente na época do Antropoceno necessitam de reformas no sistema de toda a ordem global. (PEREIRA; VIOLA, 2021)

A estrutura diplomática deve buscar, portanto, desenhar seus esforços no objetivo de instituir uma ordem política, social e econômica que: "favoreça o desenvolvimento de baixo carbono e mitigue a interferência antropogênica no sistema terrestre em um nível que evita mudanças perigosas ou catastróficas no meio ambiente global, garantindo assim a segurança climática" (PEREIRA; VIOLA, 2021, p.3-4, tradução nossa). O Brasil muito se beneficiaria dessas alterações, visto que se classifica como uma nação propensa a vulnerabilidade ecológica e as consequências negativas do desequilíbrio do ecossistema. (PEREIRA; VIOLA, 2021)

Pereira e Viola (2021) aduzem que o Estado brasileiro possui uma economia que depende em grande parte de atividades com alta dependência ambiental, como o agronegócio, principal setor exportador do país, que depende da plenitude do funcionamento das condições climáticas e da existência de recursos hídricos disponíveis para sua realização. Visto que o país se encontra em uma posição baixa no quesito de produção envolvendo baixa emissão de carbono, bem como a utilização de energias renováveis, sua dependência de commodities poderá permanecer em curto e médio prazo, fazendo-se necessária a preservação dos recursos naturais.

Nesse contexto, a estrutura diplomática brasileira requer um posicionamento que busque conter as mudanças do meio ambiente global, como também buscar a segurança climática e proporcionar um cenário que crie condições para a implementação de uma produção de baixa emissão de carbono e uso de fontes renováveis de energia em seus processos. (PEREIRA; VIOLA, 2021)

Neste sentido, Pereira e Viola (2021) também defendem a realização do estímulo aos debates que envolvem as fronteiras planetárias em geral, como também das mudanças climáticas em um âmbito que ultrapassa a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), com maior ênfase em organizações como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, o G-20, o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, o Mercosul e a Organização dos Estados Americanos.



Com isso, tem-se como objetivo trazer maior consciência e lucidez sobre a relação existente entre economia, segurança, saúde e degradação ambiental e expor a necessidade de um sistema econômico e modos de produção e comércio que possuam uma consciência ambiental, de forma sustentável, como a imposição tarifária que representam os custos ambientais de bens e serviços. (PEREIRA; VIOLA, 2021)

Além disso, pode-se possibilitar a criação de um consórcio internacional que reuniria as comunidades científicas que dizem respeito ao clima, como os EUA, União Europeia, China, Japão, Rússia, Brasil, Canadá, Índia e México. Dessa forma, segundo Pereira e Viola (2021), o consórcio teria como objetivo promover pesquisas cooperadas sobre tecnologias de baixo carbono, realizar a comunicação de riscos de longo prazo e incertezas da época do Antropoceno às autoridades globais e também a sociedade civil como um todo e incentivar a criação de políticas adaptativas e inovadoras capazes de possuir uma resposta eficiente às mudanças climáticas.

A integração regional também pode possuir papel fundamental neste combate, com estímulos econômicos, financeiros e comerciais na região da América do Sul, além de uma cadeia de suprimentos que seguisse um padrão de produção sustentável com baixo carbono. A nível nacional, esforços para o reconhecimento global da floresta amazônica como um protagonista fundamental no meio ambiente e suas alterações, como também um ativo global que busca evitar possíveis mudanças climáticas consideradas perigosas ou catastróficas. (PEREIRA; VIOLA, 2021)

Assim, possui intenção de evitar que o aquecimento global atinja níveis incontroláveis que possam comprometer de forma grave as funcionalidades da floresta e buscando atrair investimentos de ordem internacional no intuito de criar um sistema desenvolvimentista na região amazônica que busque unir uma produção sustentável atrelada às tecnologias existentes para a área juntamente com o conhecimento das populações indígenas e rurais, respeitando assim os valores que o bioma da Amazônia possui. (NOBRE & NOBRE, 2019 *apud* PEREIRA; VIOLA, 2021)

Carlos Nobre, cientista brasileiro e pesquisador sênior do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), explica no documentário "Amazônia 4.0" (2021) que o modelo de desmatamento aplicado no Brasil não trouxe benefício econômico relevante para o país. O filme, lançado em 2021 e idealizado pela Plataforma Grape ESG, recebeu o prêmio de Melhor Documentário na categoria Prêmio Especial do Júri, do Europe

Film Festival UK (EFFUK), no Reino Unido. Nele, Nobre expõe que 50% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa vem da Amazônia, sendo assim, a missão de restaurar a floresta é uma necessidade vital para garantir a sobrevivência do ecossistema global.

A floresta Amazônica possui grande capacidade de estocar carbono, com seu número variando de 80 a 120 bilhões de toneladas em sua biomassa. Dessa forma, se as taxas de desmatamento continuarem, a floresta perde essa capacidade e este carbono vai para a atmosfera, com estimativa de 300 bilhões de toneladas na atmosfera entre 30 e 50 anos caso a floresta morra. Isso ocasionará um aumento da temperatura terrestre, dificultando ainda mais o cumprimento da meta estabelecida no Acordo de Paris. (AMAZÔNIA 4.0, 2021)

Para que se possa conter os avanços das mudanças climáticas é necessário construir um sistema econômico centrado na produção e consumo sustentáveis, com redução de desperdício, maior eficiência e com menor uso de combustíveis fósseis, que seja capaz de desvencilhar o crescimento da destruição do meio ambiente e que repense o bem-estar humano além dos viés monetário e financeiro. (AMAZÔNIA 4.0, 2021)

A bioeconomia sugere isto, sendo um modelo de desenvolvimento que busca o mínimo de dependência dos recursos naturais e isto pode ser obtido caso haja maior incentivo às pesquisas científicas no campo da biologia. Este modelo econômico busca alinhar os processos industriais com os ciclos da natureza para criar não só atividade econômica sustentável, mas também como um benefício público, trazendo justiça social e mantendo assim, a floresta em pé e os rios fluindo. (AMAZÔNIA 4.0, 2021)

Segundo Mercedes Bustamante (2021 *in* AMAZÔNIA 4.0, 2021), professora do departamento de ecologia da Universidade de Brasília (UnB), "quando consideramos a conectividade funcional de diferentes ecossistemas é importante lembrar que as contribuições não são limitadas pelas fronteiras geopolíticas". Logo, a gestão e manejo adequados devem ser apoiados em uma rede de colaboração junto dos estados nacionais e subnacionais, como também da sociedade civil.

Nicole Schwab (2021 *in* AMAZÔNIA 4.0, 2021), co-diretora da "Plataforma para Acelerar Soluções Baseadas na Natureza" do Fórum Econômico Mundial, expõe que é fundamental o surgimento de modelos econômicos que repensem a relação homem-natureza, que vise a valorização da floresta e o seu capital natural (água, alimento, terra), estes que vem se esgotando a cada ano. Neste sentido, ao invés de esgotar a natureza através da produção e consumo, podemos realmente regenerar a natureza e criar modelos para gerar empregos e

melhorar a subsistência rural, ao mesmo tempo em que protege os biomas mais essenciais que são de extrema importância para o equilíbrio global.

Dessa forma, é indispensável que haja a colaboração de forma maciça entre as partes interessadas, com o governo criando políticas corretas, cientistas buscando através das pesquisas trazer um embasamento factual para a tomada de decisões. Além disso, a participação do comércio para liderar esse processo de transição para modelos sustentáveis e a conscientização e engajamento de toda a sociedade civil, pois segundo Schwab (2021 *in* AMAZÔNIA 4.0, 2021) "esse é o nosso futuro comum e precisamos ter coragem de agir agora".

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O texto teve como intuito mostrar a deterioração da imagem ambiental brasileira a partir de 2019 e seu processo de desconstrução. Procurou-se, ainda, explicitar o papel do Brasil no debate internacional sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas. O ponto de partida é que o Brasil é um país relevante do ponto de vista territorial, demográfico, econômico e ambiental, o que pressupõe que o país detenha papel de destaque em negociações internacionais sobre temas de interesse global.

De modo inicial, foi exposto a relação existente entre a importância da agenda ambiental nas relações internacionais como um campo fundamental nos estudos de governança global. Também foi apresentado como os Estados se organizam em um planeta que divide e depende de recursos naturais para garantir a sobrevivência da espécie humana na Terra na época do Antropoceno. Com isso, o discurso do desenvolvimento sustentável surge como uma possível resposta para a necessidade de se ter uma produção e consumos que fossem mais alinhadas com os enfrentamentos que as crises climáticas provocam caso o quadro de exploração se mantenha.

O primeiro capítulo mostrou as primeiras conversas sobre uma governança global nas relações interestatais e como outras organizações internacionais contribuem, de forma não-estatal, nas decisões políticas e no debate internacional, como ONGs, cientistas e a própria sociedade civil. No intuito de trazer os diferentes posicionamentos políticos ambientais brasileiros desde o período em que o debate ambiental foi instituído internacionalmente, quando, em Estocolmo, as nações participantes entraram em um consenso

sobre a existência da relação entre a economia e o meio ambiente no desenvolvimento, o segundo capítulo mostrou o envolvimento crescente do Brasil como um protagonista natural nas discussões sobre o meio ambiente nas conferências internacionais.

Ainda no segundo capítulo, especial ênfase foi dada à Amazônia. Isto se deveu a dois fatos principais: i) em primeiro lugar, o Brasil abriga a maior parte do bioma amazônico, o que naturalmente o coloca em papel de destaque nas discussões internacionais sobre o meio ambiente, já que o futuro da Amazônia determinará as condições ambientais do planeta; ii) em segundo lugar, pelo fato de que o principal desafio global da humanidade – a emergência climática – exige uma discussão séria sobre a proteção da floresta e dos povos que nela habitam.

O terceiro capítulo procurou expor o desmonte ambiental brasileiro e como essas ações, principalmente relacionadas à Amazônia, cuja floresta possui a maior biodiversidade do planeta, impactaram na imagem do país considerado protagonista no debate ambiental internacional até o ano de 2018, bem como explicitar se estas consequências foram sentidas em outros campos além do meio ambiente.

Após uma detalhada revisão da literatura, foi possível mostrar que o Brasil é uma peça importante no debate ambiental internacional, com sua deterioração da imagem provocando consequências tanto no campo doméstico quanto nas relações entre os Estados. Demonstrou-se, ainda, que em vários momentos houve incoerência entre os discursos do presidente Jair Bolsonaro em reuniões internacionais e os acordos firmados em compromissos globais, como o Acordo de Paris. Tais incoerências se refletem em falta de credibilidade, que somada à piora dos resultados ambientais do Brasil (aumento da degradação da Floresta Amazônia por meio de queimadas e desmatamento) se desdobra em deterioração da imagem ambiental do Brasil, outrora um protagonista das negociações e acordos internacionais no âmbito do meio ambiente.

No Brasil, o desmonte na pasta ambiental procurou facilitar e agilizar os processos de destruição dos biomas brasileiros, enfraquecendo órgãos e instituições nacionais, como também nomeando anti-ambientalistas para administrar algumas pastas estratégicas dentro da estrutura do governo brasileiro. Com os números de desmatamento subindo a cada ano, as mudanças climáticas deixaram de ser algo para garantir um futuro digno para as próximas gerações, mas sim uma questão de sobrevivência da atual. O aumento da temperatura global

já foi sentida e, se o quadro persistir, a meta de Paris estará cada vez mais distante de ser cumprida.

O Sistema Internacional deve, portanto, agir de forma conjunta no que tange a preservação dos recursos naturais e nos enfrentamentos das crises climáticas, pois, conforme exposto no trabalho, as consequências provindas da má gestão ambiental no âmbito doméstico, são sentidas em todo o globo. Porém, no caso brasileiro em específico, depender de ajuda financeira internacional, bem como solicitar o apoio de outras nações, não se configura como a única e possível saída possível no combate às mudanças climáticas. O governo deve, em primeiro lugar, revisar sua política ambiental nacional, para apenas assim conseguir restabelecer a sua integridade nos debates ambientais e, conseqüentemente, obter apoio internacional.

## REFERÊNCIAS

ACEBES, César Muños *et al.* Máfias do Ipê: como a violência e a impunidade impulsionam o desmatamento na Amazônia brasileira. **Human Rights Watch**, Nova Iorque, 17 set. 2019. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/report/2019/09/17/333519>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

AGÊNCIA Internacional de Energia decreta o fim da era fóssil. **Observatório do Clima**, 24 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/agencia-internacional-de-energia-decreta-o-fim-da-era-fossil/>>. Acesso em: 02 set. 2021.

AGENDA 2030. **Plataforma Agenda 2030**. Conheça a Agenda 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

ALBUQUERQUE, Marianna. O Desmonte da Política Ambiental no Governo Bolsonaro. **Latinoamérica21**, 14 ago. 2021. Disponível em: <<https://latinoamerica21.com/br/o-desmonte-da-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 03 set. 2021.

AMAZÔNIA já é fonte de carbono, diz estudo. **Observatório do Clima**, 12 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/amazonia-ja-e-fonte-de-carbono-diz-estudo/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

AMAZÔNIA 4.0: The Reset Begins. GRAPE ESG, Direção: Alan Teixeira. Produção: Ricardo Assumpção; Ione Anderson, 22 abr. 2021. 1 vídeo (29min. 11seg.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qloi8ES5ISY>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ANGELO, Claudio; WERNECK, Felipe. Painel da ONU quantifica influência humana no aquecimento pela 1ª vez. **Observatório do Clima**, 09 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/painel-da-onu-quantifica-influencia-humana-no-aquecimento-pela-1a-vez/>>. Acesso em: 09 set. 2021.

BARBOSA, Catarina. Pecuária é responsável por 80% do desmatamento na Amazônia, afirma pesquisadora. **Brasil de Fato**, Belém, 05 set. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/05/pecuaria-e-responsavel-por-80-do-desmatamento-na-amazonia-afirma-pesquisadora>>. Acesso em: 17 set. 2021.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 2, p. 100-130, dez. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/nWGqcBGHDDJbNk4R8CPtknm/?lang=pt>> Acesso em: 20 ago. 2021.

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. Como salvar a Amazônia: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 331-376, mai. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 910, de 11 dez. 2019. **Congresso Nacional**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140116>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CARDOSO, Dalton; SOUZA JR., Carlos. **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)**: Estado do Pará 2017-2018. Belém: Imazon, 2020. Disponível em: <[https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Simex\\_Imazon\\_2017-2018.pdf](https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Simex_Imazon_2017-2018.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2021.

CARRINGTON, Damian. Greta Thunberg tells world leaders to end fossil “madness”. **The Guardian**, 10 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2020/jan/10/greta-thunberg-tells-world-leaders-to-end-fossil-fuel-madness>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CHARITY, Sandra; FERREIRA, Juliana Machado. **Wildlife Trafficking in Brazil**. Cambridge: Traffic, jul. 2020. Disponível em: <[https://www.traffic.org/site/assets/files/13031/brazil\\_wildlife\\_trafficking\\_assessment.pdf](https://www.traffic.org/site/assets/files/13031/brazil_wildlife_trafficking_assessment.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2021.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DATTO, Felipe. Desenvolvimento sustentável: conceito, origem e exemplos. **Meio Sustentável**, 08 mar. 2020. Disponível em: <<https://meiosustentavel.com.br/desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

É FALSO que fiscalização ambiental foi “intensificada”, como afirma governo Bolsonaro para rebater The Economist. **Fakebook.eco**, 08 jun. 2021. Disponível em:

<<https://fakebook.eco.br/e-falso-que-fiscalizacao-ambiental-foi-intensificada-como-afirma-governo-bolsonaro-para-rebater-the-economist/>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

EM MEIO à Covid, 72% do garimpo na Amazônia foi em áreas “protegidas”. **Greenpeace**, 25 jun. 2020. Disponível em:

<<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/em-meio-a-covid-72-do-garimpo-na-amazonia-foi-em-areas-protegidas/>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FAGUNDES, Murilo. No 2º discurso ao G20, Bolsonaro defende sua política ambiental.

**Poder360**, 22 nov. 2020. Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/governo/no-2o-discurso-ao-g20-bolsonaro-defende-sua-politica-a-ambiental/>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FENSTERSEIFER, Tiago; SARLET, Ingo Wolfgang. Os limites planetários como parâmetro para a progressividade das “Leis dos homens” de proteção ecológica em face da força imperativa das “Leis da natureza”. **GenJurídico**, 2020. Disponível em:

<<http://genjuridico.com.br/2020/08/17/limites-planetarios-como-parametro/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FOGO já afetou 95% da biodiversidade da Amazônia, indica estudo. **Observatório do Clima**, 01 set. 2021. Disponível em:

<<https://www.oc.eco.br/fogo-ja-afetou-95-da-biodiversidade-da-amazonia-indica-estudo/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

FONTOURA, Yuna; GUIMARÃES, Roberto. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, artigo 3, p. 508-532, set. 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cebape/a/zgc38BzxyVtgM4Trbps57xC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FRANÇA, Joan Frederick Baudet Ferreira. A Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente: de Estocolmo a Joanesburgo. **Cadernos de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-31, 2010.

FREITAS, Adriana. Desmatamento na Amazônia em agosto é o pior em dez anos. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 21 set. 2021. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desmatamento-na-amazonia-em-agosto-e-o-pior-em-dez-anos/>>. Acesso em: 21 set. 2021.

GAIER, Rodrigo Viga. Bolsonaro diz que pode retirar Brasil do Acordo de Paris se eleito.

**Reuters**, 03 set. 2018. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/politica-eleicao-bolsonaro-acordoparis-idBRKCN1LJ1YT-OBRDN>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

GATTI, Luciana. “É urgente decretar moratória ao desmatamento”, afirma cientista.

[Entrevista concedida a] Jaqueline Sordi. **Observatório do Clima**, 16 jul. 2021. Disponível em:

<<https://www.oc.eco.br/e-urgente-decretar-moratoria-ao-desmatamento-afirma-cientista/>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. O Brasil de Jair Bolsonaro, um novo vilão ambiental para o planeta. **El País**, São Paulo, 28 jul. 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564267856\\_295777.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564267856_295777.html)>. Acesso em: 07. jun 2021.

GILLESPIE, Thomas W. Policy, drought and fires combine to affect biodiversity in the Amazon basin. **Nature**, n. 597, p. 481-483, 01 set. 2021. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/d41586-021-02320-0>>. Acesso em:

GOVERNO realmente aproveitou a Covid-19 para passar a boiada. **Observatório do Clima**, 10 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/governo-realmente-aproveitou-covid-19-para-passar-boiada/>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

GREEN, Matthew; SPRING, Jake. British supermarkets threaten Brazil boycott over proposed forest law. **Reuters**, 19 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/brazil-environment-boycott-idINKBN22W09G?edition-redirect=in>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

HAJE, Lara. Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU. **Câmara dos Deputados**, 12 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/784354-relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-em-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HARVEY, Fiona. Emissions will hit record high by 2023 if green recovery fails, says IEA. **The Guardian**, 20 jul. 2021. Disponível em: <[https://amp.theguardian.com/environment/2021/jul/20/emissions-record-high-by-2023-if-green-recovery-fails-says-iea?CMP=Share\\_AndroidApp\\_Other&\\_\\_twitter\\_impression=true&s=09](https://amp.theguardian.com/environment/2021/jul/20/emissions-record-high-by-2023-if-green-recovery-fails-says-iea?CMP=Share_AndroidApp_Other&__twitter_impression=true&s=09)>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Nota Informava nº 9868495/2021-SIAM**.

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. A Grilagem de Terras Públicas na Amazônia Brasileira. Brasília: IPAM, 2006.

IEA - International Energy Agency. **Sustainable Recovery Tracker** - Monitoring progress towards sustainable recoveries from the Covid-19 crisis: flagship report, jul. 2021. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/sustainable-recovery-tracker>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Programa Queimadas**: monitoramento dos focos ativos por Estado. Disponível em: <[https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_estados/](https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/)>. Acesso em: 10 ago. 2021.

INVESTOR meeting with Brazilian Government and Central Bank of Brazil. **My News Desk**, 09 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.mynewsdesk.com/no/storebrand-asa/pressreleases/investor-meeting-with-brazilian-government-and-central-bank-of-brazil-3021078>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

IPCC. **Climate change 2007: Synthesis Report**. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2008. Disponível em:



<[https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4\\_syr\\_full\\_report.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4_syr_full_report.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2021.

JIA, Gensuo, SHEVLIKOVA, Elena (Coord.). Land–climate interactions. *In: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*, 2019. Disponível em:

<[https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2019/11/05\\_Chapter-2.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2019/11/05_Chapter-2.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2021.

JORNAL NACIONAL. Ricardo Salles cai do Ministério do Meio Ambiente. **G1**, 23 jun. 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-cai-do-ministerio-do-meio-ambiente.ghtml>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

JOVENS processam governo por “pedalada” climática. **Observatório do Clima**, 14 abr. 2021. Disponível em:

<<https://www.oc.eco.br/jovens-processam-governo-por-pedalada-climatica/>>. Acesso em: 14 set. 2021.

KEOHANE, Robert O.; OPPENHEIMER, Michael. Paris: Beyond the Climate Dead End through Pledge and Review? **Politics and Governance**, v. 4, n.3, p. 142-151, 08 set. 2016. Disponível em:

<<https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/634/634>>. Acesso em: 28 jun. 2021

LINDNER, Julia; SHORES, Nicholas; GALVÃO, Daniel. "Não consigo matar esse câncer chamado ONG", diz Bolsonaro. **Terra**, 03 set. 2020. Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/nao-consigo-matar-esse-cancer-chamado-ong-diz-bolsonaro,ad51e5e12dd096ef13bdee6860ebd4cfy5h966o4.html>>. Acesso em: 14 ago. 2021

MARTINS, Tais. O conceito de desenvolvimento sustentável e seu contexto histórico: algumas considerações. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 9, n. 382, 24 jul. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5490>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MATTHEWS, H. Damon *et al.* National contributions to observed global warming.

**Environmental Research Letters**, Montreal, Canadá, n. 9, 15 jan. 2014. Disponível em: <<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/9/1/014010/pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MAZUI, Guilherme. ‘Tudo é reversível’, diz Mourão após Parlamento europeu indicar rejeição a acordo Mercosul-UE. **G1**, Brasília, 07 out. 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/07/tudo-e-reversivel-diz-mourao-apos-parlamento-europeu-indicar-rejeicao-a-acordo-mercosul-ue.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2021.

MFA - MERCY FOR ANIMALS. **Relação entre o Desmatamento e a Pecuária na Floresta Amazônica Brasileira**: relatório técnico. São Paulo, 2020. Disponível em:

<<https://mercyforanimalsmedia.com/2020BRAmazonRainforest/content/2020BRAmazonRainforestInvFactSheetPortuguese.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Brasil participa da Cúpula de Líderes sobre o Clima**. Brasília, 23 abr. 2021. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/brasil-participa-da-cupula-de-lideres-sobre-o-clima>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MONEY trees: The Amazon and its residents need sustainable development. **The Economist**, 03 jun. 2021. Disponível em:

<<https://www.economist.com/special-report/2021/06/05/money-trees>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MORAND, Serge; LAJAUNIE, Claire. Outbreaks of Vector-Borne and Zoonotic Diseases Are Associated With Changes in Forest Cover and Oil Palm Expansion at Global Scale.

**Frontiers in Veterinary Science**, 24 mar. 2021. Disponível em:

<<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fvets.2021.661063/full>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

NASA. **Scientific consensus**: Earth's climate is warming. Global Climate Change. Disponível em: <<https://climate.nasa.gov/scientific-consensus/>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

O BRASIL e os cinco anos do Acordo de Paris. **Climainfo**, 09 dez. 2020. Disponível em:

<<https://climainfo.org.br/2020/12/08/brasil-5-anos-acordo-de-paris/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

OBSERVATÓRIO ECO. ONU lança o IRI, um novo índice de sustentabilidade. **Jusbrasil**, 2012. Disponível em:

<<https://observatorio-eco.jusbrasil.com.br/noticias/3156410/onu-lanca-o-iri-um-novo-indice-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 10 set. 2021.

OLIVEIRA, André Soares. A Liderança dos Países Desenvolvidos no Acordo de Paris: reflexões sobre a estratégia do Naming and Shaming dentro do Balanço-Global.

**Sequência**, Florianópolis, v. 40, n. 81, p. 155-180, abr. 2019.

ONGs pedem a ONU que responsabilize Brasil por retrocesso no clima. **Observatório do Clima**, 28 jan. 2021. Disponível em:

<<https://www.oc.eco.br/ongs-pedem-onu-que-responsabilize-brasil-por-retrocesso-no-clima/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

O QUE é a Economia Verde. Dicionário Ambiental. **((o))eco**, Rio de Janeiro, mar. 2015a. Disponível em:

<<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28986-o-que-e-a-economia-verde/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

O QUE é Desenvolvimento Sustentável. Dicionário Ambiental. **((o))eco**, Rio de Janeiro, ago. 2014. Disponível em:

<<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

O QUE é o Fundo Amazônia? **IPAM Amazônia**, 05 nov. 2015b. Disponível em:

<<https://ipam.org.br/entenda/o-que-e-o-fundo-amazonia/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ORÇAMENTO do Meio Ambiente é o menor em 21 anos. **Observatório do Clima**, 22 jan. 2021. Disponível em:

<<https://www.oc.eco.br/orcamento-meio-ambiente-e-o-menor-em-21-anos/>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

PERDEMOS um Campo de Futebol de Floresta Tropical Primária a Cada 6 Segundos em 2019. **Global Forest Watch**, 02 jun. 2020. Disponível em:

<<https://www.globalforestwatch.org/blog/pt/data-and-research/dados-globais-de-perda-de-cobertura-de-arvore-2019/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEREIRA, Joana Castro; VIOLA, Eduardo. Brazilian climate policy (1992–2019): an exercise in strategic diplomatic failure. **Contemporary Politics**, 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13569775.2021.1961394>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PLANALTO. **Brasil reforça compromisso de combate ao desmatamento e redução de gases**. 22 abr. 2021a. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/04/brasil-reforca-compromisso-de-combate-ao-desmatamento-e-reducao-de-gases>>. Acesso em: 02 out. 2021.

PLANALTO. **Nota Oficial - SECOM - 06/06/2021: É hora de defender o Brasil**. 06 jun. 2021b. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-sec-06-06-2021>>. Acesso em: 28 set. 2021.

PNUMA. **Why does green economy matter?** Disponível em:

<<https://www.unep.org/explore-topics/green-economy/why-does-green-economy-matter>>. Acesso em: 28 set. 2021.

POLÍTICA POR INTEIRO. **Monitor de atos públicos**. Disponível em:

<<https://www.politicaporinteiro.org/monitor-de-atos-publicos/>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

PRÊMIOS Nobel fazem apelo por ação climática. **Observatório do Clima**, 29 abr. 2021.

Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/premios-nobel-fazem-apelo-por-acao-climatica/>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

RAJÃO, Raoni *et al.* The rotten apples of Brazil's agribusiness. **Science**, v. 369, n. 6501, p. 246-248, 17 jul. 2020. Disponível em:

<<https://www.science.org/doi/10.1126/science.aba6646>>. Acesso em: 03 set. 2021.

SALLES, João Moreira; ESTEVES, Bernardo. O mundo sem a Amazônia. **Revista Piauí**, 17 out. 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-mundo-sem-amazonia/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SALLES, Ricardo. 'O consenso internacional quer? Vai ficar querendo', diz ministro do Ambiente. [Entrevista concedida à] Ana Carolina Amaral. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jan. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/o-consenso-internacional-quer-vai-ficar-querendo-diz-ministro-do-ambiente.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SEEG BRASIL. **Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa**. Disponível em:

<[https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG\\_8/SEEG8\\_DOC\\_ANALITICO\\_SINTESE\\_1990-2019.pdf](https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf)> Acesso em: 27 set. 2021.

SEMA BA - Secretaria do Meio Ambiente da Bahia. **Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas**. Disponível em:

<<http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=199>>. Acesso em: 27 set. 2021.

SPRING, Jake. Governo de direita do Brasil coloca ordem de silêncio em agência ambiental. **Reuters**, 13 mar. 2019. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/places/brazil/article/us-brazil-environment/brazil-right-wing-government-puts-gag-order-on-environment-agency-idUSKCN1QU30I>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro diz que Brasil é vítima de campanha de desinformação sobre Amazônia. **Correio Braziliense**. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/09/4877024-bolsonaro-diz-que-brasil-e-vitima-de-campanha-de-desinformacao-sobre-amazonia.html>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SORDI, Jaqueline; ANGELO, Claudio. Parte da Amazônia já atingiu “ponto de virada”, sugere estudo. **Observatório do Clima**, 21 jul. 2021. Disponível em:

<<https://www.oc.eco.br/parte-da-amazonia-ja-atingiu-ponto-de-virada-sugere-estudo/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

THE WORLD BANK. **Forest area (% of land area)**. Disponível em:

<[https://data.worldbank.org/indicator/ag.lnd.frst.zs?most\\_recent\\_value\\_desc=true&view=map](https://data.worldbank.org/indicator/ag.lnd.frst.zs?most_recent_value_desc=true&view=map)>. Acesso em: 15 set. 2021a.

THE WORLD BANK. **Terrestrial protected areas (% of total land area) - Brazil**.

Disponível em:

<[https://data.worldbank.org/indicator/ER.LND.PTLD.ZS?end=2018&locations=BR&most\\_recent\\_value\\_desc=true&start=2016&view=chart](https://data.worldbank.org/indicator/ER.LND.PTLD.ZS?end=2018&locations=BR&most_recent_value_desc=true&start=2016&view=chart)>. Acesso em: 15 set. 2021b.

TODAS as mentiras de Bolsonaro sobre meio ambiente na ONU. **Fakebook.eco**, 22 set. 2020. Disponível em:

<<https://fakebook.eco.br/todas-as-mentiras-de-bolsonaro-sobre-meio-ambiente-na-onu/>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

UNDP. **Acordo de Paris**. Paris, 12 dez. 2015. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2021.

VICEDO-CABRERA, Ana Maria *et al.* The burden of heat-related mortality attributable to recent human-induced climate change. **Nature Climate Change**, n. 11, p. 492-500.

VICEDO-CABRERA, Ana Maria. “More Than a Third of Heat Deaths Are Tied to Climate Change, Study Says”. [Entrevista concedida a] John Schwartz. **The New York Times**, 31 mai. 2021. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/2021/05/31/climate/heat-deaths-climate-change.html>>. Acesso em: 07 out. 2021.

VIOLA, Eduardo. O Regime Internacional de Mudanças Climáticas e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 25-46, out. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/jf4CkyjgTkKh3CV6hF7hXTS/?lang=pt>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

WERNECK, Felipe *et al.* **“Passando a boiada”**: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, jan. 2021.

WETERMAN, Daniel; VIEIRA, André; SIQUEIRA, Felipe. Em carta, empresários pedem a Mourão política de proteção à Amazônia. **Estadão**, São Paulo, 07 jul. 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-empresarios-pedem-a-mourao-politica-de-protecao-a-amazonia,70003356291>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

WWF - World Wide Fund for Nature. **Extração de Madeira**. Disponível em: <[https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/amazonia1/ameacas\\_riscos\\_a\\_mazonia/desmatamento\\_na\\_amazonia/extracao\\_de\\_madeira\\_na\\_amazonia/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_a_mazonia/desmatamento_na_amazonia/extracao_de_madeira_na_amazonia/)>. Acesso em: 17 set. 2021.